



Relatório de Desempenho da Gestão – 2020

jun/2021



Secretaria do Planejamento e Gestão - Seplag

Secretário	Carlos Mauro Benevides Filho
Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento	Flávio Ataliba Daltro Flexa Barreto
Secretário de Gestão	Adriano Sarquis Bezerra de Menezes
Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna	Ronaldo Lima Moreira Borges
Assessoria Jurídica	Heloyza Helena de Meneses Freire Rocha
Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria	Luciano de Sousa Pontes
Assessoria de Comunicação	Dhafine Mazza Nunes
Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão	Régis Meireles Benevides
	Raimundo Avilton Meneses Junior
	Luciana Capistrano da Fonseca Moura
Coordenadoria de Captação de Recursos e Alianças com o Público e o Privado	Ticiano da Mota Gentil Parente
Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas	Silvana Martins Rodrigues Dourado
Coordenadoria de Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação e Comunicação	Lícia Maria Viana Bezerra
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Fábio da Silva Miranda
Coordenadoria de Gestão dos Serviços Terceirizados	Raimundo Nonato Rodrigues Silva
Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado	Guirlanda de Fátima Távora Ponte
Coordenadoria de Perícia Médica	Francisco de Assis Barreto Dias de Carvalho
Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado	Vanessa Machado Arraes
Coordenadoria de Gestão de Compras	Valdir Augusto da Silva
Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Recursos Logísticos	André Theophilo Lima
Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza	José de Lima Freitas Júnior
Coordenadoria da Tecnologia da Informação e Comunicação	João Alcides Guerra
Coordenadoria Administrativo-Financeira	Otávio Nunes de Vasconcelos
Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento	Silviane Torres da Costa

Sumário

1.	Apresentação.....	4
2.	Fundamentação Legal.....	5
3.	Missão	6
4.	Competências.....	6
5.	Estrutura Organizacional	8
6.	Recursos Humanos	13
7.	Recursos Orçamentários e Financeiros	14
8.	Custeio de Manutenção	18
9.	Recursos Patrimoniais	21
10.	Transferências Voluntárias	26
11.	Estratégias	26
12.	Execução dos Programas.....	49
12.1.	Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados.....	49
12.1.1.	Tema Planejamento e Modernização da Gestão.....	53
12.1.1.1.	Programa 242 – Sistema de Planejamento Orientado para Resultados.....	55
12.1.1.2.	Programa 243 – Modernização da Gestão Corporativa	59
12.1.1.3.	Programa 244 – Governo Digital do Ceará	63
12.1.2.	Tema Gestão e Desenvolvimento de Pessoas.....	65
12.1.2.1.	Programa 221 – Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual.....	66
12.1.2.2.	Programa 222 – Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas.....	68
12.1.3.	Tema Administração Geral.....	69
12.1.3.1.	Programa 211 – Gestão Administrativa do Ceará.....	70
12.2.	Eixo Ceará da Gestão do Conhecimento	82
12.2.1.	Tema Ciência, Tecnologia e Inovação	82
12.2.1.1.	Programa 413 - Tecnologia da Informação e Comunicação Estratégica do Ceará	83

1. Apresentação

O exercício de 2020 foi marcado pelo início da pandemia do novo coronavírus com o anúncio, em 11 de março, pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

A Covid-19 forçou o Governo do Estado do Ceará a enfrentar a crise sanitária, tomando decisões compartilhadas com autoridades sanitárias, órgãos e entidades de vários poderes e esferas de governo e dos diversos setores da economia, e comunicando-as à sociedade, com o objetivo de preservar a vida dos cearenses.

Foram executadas ações emergenciais para o enfrentamento da pandemia e seus efeitos, a exemplo do reforço de dotações orçamentárias, em especial na área da saúde.

Também foram contingenciados gastos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual; reduzidos valores de contratos, incluindo os de terceirização de natureza continuada com dedicação exclusiva de mão-de-obra, entre outras medidas.

Tudo isso em meio a momentos de confinamento e de alternância de fases, com abertura e reabertura gradual das atividades econômicas.

Na Secretaria do Planejamento e Gestão - Seplag, entre os projetos executados em 2020 para adaptação a essa realidade, destacou-se o Teletrabalho emergencial, com um conjunto de ações que objetivaram assegurar a continuidade da prestação de serviços públicos ofertados pelo órgão.

Ressalte-se, também, o Projeto Cuidar da Gente, com a execução de importantes ações entre as quais a comunicação permanente com os colaboradores do órgão; a adoção de protocolos sanitários no ambiente físico da Seplag, e o monitoramento e rastreamento para conter a disseminação da infecção pelo novo coronavírus em meio a força de trabalho.

Em 2020 também foram implementadas, por meio da Seplag, regras de controle em ferramentas de tecnologia da informação e comunicação, em atividades de processos de negócio finalísticos de natureza corporativa coordenados pelo órgão, relacionados à execução da programação operativa anual.

O trabalho, realizado por meio do Grupo Técnico de Contas (GTC), objetivou subsidiar com informações o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (Cogerf) tendo em vista as tomadas de decisão do governo, no âmbito do poder executivo estadual.

Foram implementadas regras em grupos de contas de controle (terceirização, contas públicas, e diárias e passagens), estendendo-as para alguns itens de despesas cujo monitoramento tornou-se necessário, em razão do enfrentamento da crise sanitária.

É nesse contexto extremamente desafiador que a Seplag apresenta o Relatório de Desempenho da Gestão de 2020, o qual contém informações sobre as principais ações e os resultados referentes a esse exercício.

A estrutura do documento é composta pela missão institucional, competências, estrutura organizacional, recursos humanos, orçamentários-financeiros, patrimoniais e transferências voluntárias, sendo esse último sem registro no exercício, por meio dos quais foram desenvolvidas as ações da Seplag em 2020.

Também é apresentada a execução dos Programas de Governo do Plano Plurianual 2020-2023, no tocante às Iniciativas e Entregas do Executor Seplag para o seu público-alvo.

Comenta-se, ainda, os indicadores estratégicos, temáticos e programáticos do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados, relacionados ao órgão Seplag, que são acompanhados pelas áreas finalísticas do órgão, bem como por entidades vinculadas da Seplag, os quais atuam no papel de responsável pelos dados.

Por fim, apresenta-se no Eixo Ceará da Gestão do Conhecimento, o acompanhamento do órgão Seplag na iniciativa de qualificação física e tecnológica para a oferta de serviços de transporte de dados e acesso à internet, no Programa Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação, acerca do Cinturão Digital do Ceará.

2. Fundamentação Legal

A Seplag, órgão da Administração Direta do Estado do Ceará, de natureza instrumental, foi criada pela Lei Nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, com competência redefinida pela Lei Nº16.710, de 21 de dezembro de 2018, publicada no DOE Nº246, de 30 de dezembro de 2019, a qual dispõe sobre o modelo de gestão do poder executivo e altera a estrutura da Administração Estadual para o período 2019-2022.

Ressalte-se que a Lei Nº16.710/2018 teve seu conteúdo alterado pela Lei Nº16.863, de 15/04/2019, publicada no DOE Nº072, de 16/04/2019, possibilitando uma melhor compreensão do seu teor. Nesse sentido, cita-se a correção realizada por meio do §4º ao Art. 18 da Lei Nº16.710/2018, restabelecendo o vínculo do Fundo Estadual de Combate à Pobreza ao órgão Seplag, no modelo de gestão 2019-2022.

A estrutura organizacional e os cargos de provimento em comissão da Seplag foram formalizados por meio do Decreto N°32.951, de 13 de fevereiro de 2019, publicado no DOE N° 032, de 13/02/2019.

As atribuições de competência do órgão Seplag estão contidas no Decreto N°33.267, de 13 de setembro de 2019, publicado no DOE N°174, de 13/09/2019.

A estrutura foi alterada em 30/12/2020 por meio do Decreto N°33.880, publicado no DOE N°290, de 30/12/2020, entrando em vigor a partir de 2021, quando será atualizado o decreto do regulamento.

3. Missão

A missão institucional do órgão Seplag é "promover e coordenar o planejamento e a gestão do Estado, contribuindo para a integração e a efetividade das políticas públicas".

4. Competências

A Lei N° 16.710, de 21 de dezembro de 2018, no Art. 18, com nova redação pela Lei N° 16.836, de 15/04/2019 estabelece as seguintes competências do órgão Seplag:

Art.18. Compete à Secretaria do Planejamento e Gestão:

- I. coordenar a implementação do Modelo de Gestão para Resultados do Estado do Ceará;
- II. coordenar os processos de planejamento, orçamento e gestão no âmbito da Administração Estadual voltado ao alcance dos resultados previstos da ação do Governo;
- III. coordenar a elaboração e promover a gestão dos instrumentos de planejamento do Governo Estadual (Plano de Governo, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Plano Operativo Anual);
- IV. coordenar a formulação e o monitoramento de acordos de resultados, visando à efetivação das estratégias de governo;
- V. coordenar o processo de definição de diretrizes estratégicas nas áreas econômica, social, de infraestrutura, de meio ambiente e de gestão;
- VI. coordenar a formulação de políticas públicas e de agendas estratégicas setoriais;
- VII. coordenar o processo de alocação dos recursos orçamentários, compatibilizando as necessidades de racionalização dos gastos públicos com as diretrizes estratégicas, para viabilizar a execução dos investimentos públicos prioritários;

- VIII. acompanhar os planos de ação e a execução orçamentária em nível dos programas governamentais;
- IX. coordenar o planejamento, monitoramento e avaliação dos projetos de investimento; coordenar a elaboração de estudos, pesquisas e a base de informações gerenciais e socioeconômicas para o planejamento do Estado;
- X. coordenar, em articulação com demais órgãos estaduais, o processo de viabilização de fontes alternativas de recursos e de cooperação para financiar o desenvolvimento estadual;
- XI. assessorar os órgãos e entidades na celebração de contratos de gestão e monitorar as respectivas execuções financeiras;
- XII. assessorar a estruturação de propostas e metodologias de controle e gestão de resultados em projetos estratégicos;
- XIII. coordenar a formulação e a implementação do Programa de Alianças com o Privado, no âmbito das Parcerias Público-Privadas – PPP, e Concessões de grande porte;
- XIV. definir políticas, diretrizes e normas, assim como coordenar, controlar e avaliar as ações dos Sistemas de Gestão de Pessoas, de Modernização Administrativa, de Planejamento e Orçamento, de Material e Patrimônio, de Tecnologia da Informação e Comunicação, de Gestão Previdenciária, de Gestão Corporativa das Compras e de Gestão dos Custos, desenvolvendo métodos e técnicas, a normatização, padronização e ferramentas tecnológicas necessárias à sua aplicação nos Órgãos e Entidades Estaduais;
- XV. coordenar a promoção de concursos públicos e seleções, salvo nos casos em que essa atribuição seja outorgada por lei a outros Órgãos e Entidades;
- XVI. planejar, coordenar, monitorar e estabelecer critérios de seleção para a mão de obra terceirizada do Governo;
- XVII. supervisionar a execução dos planos, programas e projetos para o Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará - Supsec;
- XVIII. supervisionar as ações de educação em gestão pública para servidores públicos;
- XIX. supervisionar as atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- XX. supervisionar as ações da gestão da Assistência à Saúde do Servidor Público;
- XXI. exercer outras competências necessárias ao cumprimento de suas finalidades nos termos do regulamento.

5. Estrutura Organizacional

A seguir apresenta-se a estrutura organizacional básica e setorial da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), estabelecida no Decreto Nº 32.951, de 13 de fevereiro de 2019, publicado no DOE Nº032, de 13/02/2019, que vigorou na Seplag até 29/12/2020, e que foi substituída em 30/12/2020 pelo Decreto Nº33.880/2020.

- I. DIREÇÃO SUPERIOR
 - Secretário do Planejamento e Gestão

- II. GERÊNCIA SUPERIOR
 - Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento da Secretaria do Planejamento e Gestão
 - Secretário Executivo de Gestão da Secretaria do Planejamento e Gestão
 - Secretaria Executiva de Planejamento e Gestão Interna

- III. ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO
 1. Assessoria Jurídica
 2. Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria
 3. Assessoria de Comunicação

- IV. ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA
 4. Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão
 - 4.1. Célula de Formulação de Políticas e Planos de Desenvolvimento
 - 4.2. Célula de Gestão para Resultados
 - 4.3. Célula de Planejamento e Avaliação de Projetos
 - 4.4. Célula de Planejamento Orçamentário
 - 4.5. Célula de Gestão das Alterações Orçamentárias
 - 4.6. Célula de Assessoramento ao Cogerh
 - 4.7. Célula de Monitoramento e Avaliação de Políticas e Planos
 - 4.8. Célula de Monitoramento do Investimento Público
 - 4.9. Célula de Gestão dos Centros de Custos
 - 4.10. Célula de Gestão do Custeio

 5. Coordenadoria de Captação de Recursos e Alianças com Público e Privado
 - 5.1. Célula de Captação de Recursos Onerosos
 - 5.2. Célula de Alianças Público-Privado
 - 5.3. Célula de Contratos de Gestão
 - 5.4. Célula de Convênios e Congêneres

6. Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas
 - 6.1. Célula de Provimento de Pessoas
 - 6.2. Célula de Política de Desenvolvimento de Pessoas
 - 6.3. Célula de Carreiras e Desempenho

7. Coordenadoria de Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação e Comunicação
 - 7.1. Célula de Governança Corporativa de TIC
 - 7.2. Célula de Gerenciamento de Aquisições e Recursos de TIC
 - 7.3. Célula de Gestão de Programas e Serviços Digitais

8. Coordenadoria de Gestão de Pessoas
 - 8.1. Célula de Gestão dos Sistemas de Pessoal
 - 8.2. Célula de Movimentação de Pessoal
 - 8.3. Célula de Gestão da Folha de Pagamento

9. Coordenadoria de Gestão dos Serviços Terceirizados
 - 9.1. Célula de Gestão da Contratação dos Serviços Terceirizados
 - 9.2. Célula de Monitoramento e Controle de Terceirização

10. Coordenadoria de Gestão Previdenciária
 - 10.1. Célula de Planejamento e Atuária
 - 10.2. Célula de Concessão de Aposentadoria
 - 10.3. Célula de Concessão de Benefícios a Militares
 - 10.4. Célula de Concessão de Pensão Previdenciária
 - 10.5. Célula de Controladoria Previdenciária
 - 10.6. Célula de Gestão de Fundos e Investimentos
 - 10.7. Célula de Compensação Previdenciária e Análise de Tempo de Contribuição
 - 10.8. Célula de Implantação e Administração de Benefícios Previdenciários
 - 10.9. Célula de Administração de Atendimento e Cadastro

11. Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado
 - 11.1. Célula de Planejamento e Desenvolvimento
 - 11.2. Célula de Capacitação

12. Coordenadoria de Perícia Médica

- 12.1. Célula de Apoio Psicossocial
- 12.2. Célula de Perícia Itinerante
- 12.3. Célula de Perícia Médica

13. Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado

- 13.1. Célula de Reestruturação Organizacional
- 13.2. Célula de Gestão por Processos
- 13.3. Célula de Virtualização de Processos

14. Coordenadoria de Gestão de Compras

- 14.1. Célula de Gestão Estratégica de Compras
- 14.2. Célula de Gestão de Registro de Preços
- 14.3. Célula de Gestão dos Sistemas de Compras

15. Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Recursos Logísticos

- 15.1. Célula de Gestão dos Bens de Infraestrutura
- 15.2. Célula de Gestão do Patrimônio Imobiliário
- 15.3. Célula de Gestão da Logística Corporativa

16. Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza

- 16.1. Célula de Análise de Programas e Projetos de Superação da Pobreza
- 16.2. Célula de Monitoramento de Programas e Projetos
- 16.3. Célula de Controle e Acompanhamento Financeiro

V. ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO INSTRUMENTAL

17. Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento

- 17.1. Célula de Planejamento
- 17.2. Célula de Desenvolvimento Institucional

18. Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

- 18.1. Célula de Governança Interna de TIC
- 18.2. Célula de Gestão de Aplicações
- 18.3. Célula de Gerenciamento de Serviços de TIC

19. Coordenadoria Administrativo-Financeira

19.1. Célula Contábil e Financeira

19.2. Célula de Registros Funcionais

19.3. Célula de Desenvolvimento de Pessoas

19.4. Célula de Contratos e de Aquisições Institucional

19.5. Célula de Logística Institucional

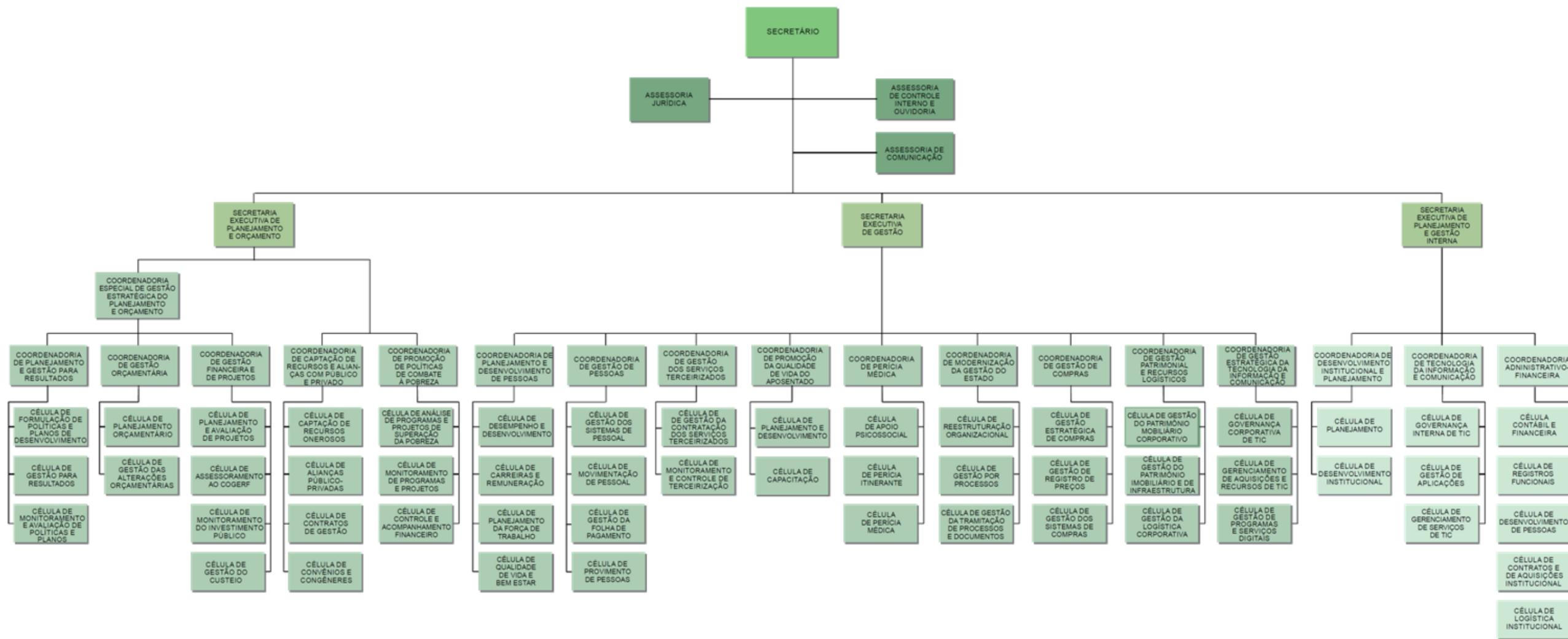
VI. ÓRGÃOS COLEGIADOS

- Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (Cogerf)
- Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGPPP)
- Conselho Superior de Tecnologia da Informação e Comunicação (CSTIC)
- Comitê Estadual de Investimentos da Previdência Social (CEIPS)
- Conselho Estadual de Políticas de Previdência Social (CEPPS)
- Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS)

VII. ÓRGÃOS E ENTIDADES VINCULADAS

- Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (Issec)
- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece)
- Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice)
- Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGPCE)
- Companhia de Habitação do Ceará (Cohab)
- Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará (Cearaprev)
- Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará (CE-Prevcom)

Figura 1 - Organograma da Seplag – 2020



ÓRGÃOS COLEGIADOS:
 COMITÊ DE GESTÃO POR RESULTADOS E GESTÃO FISCAL (COGERF)
 CONSELHO GESTOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (CGPPP)
 CONSELHO SUPERIOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (CSTIC)
 CONSELHO CONSULTIVO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL (CCPIS)

ÓRGÃOS E ENTIDADES VINCULADAS:
 INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ (ISSEC)
 INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)
 EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ (ETICE)
 ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ (EGPCE)
 COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB)
 FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ (CEARAPREV)
 FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DO CEARÁ (CE-PREVCOM)

DEC. 33.988 - D.O. 09.03.2021

LEGENDA: DIREÇÃO SUPERIOR (verde escuro), GERÊNCIA SUPERIOR (verde médio), ÓRGÃOS DE ACESSORAMENTO (verde claro), ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA (verde muito claro), ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO INSTRUMENTAL (verde extremamente claro)

Fonte: Seplag/Comge.

6. Recursos Humanos

A composição da força de trabalho do órgão Seplag, em 2020, foi a seguinte:

Tabela 1 – Estrutura de Cargos e Funções do Quadro de Servidores - em 31/12/2020

CARGOS EFETIVOS	CRIADOS	OCUPADOS
Analista de Gestão Pública (AGP)	62	31
Analista de Planejamento e Orçamento (APO)	60	39
Analista Auxiliar de Gestão Pública (AAuxGP)	05	02
Auxiliar de Gestão Pública (AuxGP)	01	01
TOTAL	128	73
FUNÇÃO/DENOMINAÇÃO		QTDE. EXISTENTE
Analista de Gestão Pública (AGP)	-	21
Analista Auxiliar de Gestão Pública (AAuxGP)	-	54
Auxiliar de Gestão Pública (AuxGP)	-	03
Analista de Planejamento e Orçamento (APO)	-	31
Analista Assistente de Planejamento e Orçamento (AAPO)	-	28
Auxiliar de Planejamento e Orçamento (AuxPO)	-	06
Agente de Administração	-	06
Auxiliar de Administração	-	01
Auxiliar de Serviços Gerais	-	02
Engenheiro Mecânico	-	01
TOTAL	-	153
TOTAL GERAL DE SERVIDORES		226
CARGOS COMISSIONADOS	CRIADO	OCUPADO
Secretário	01	00
Secretário Executivo de Gestão	01	00
Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna	01	01
Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento	01	01
Coordenador	01	01
Assessor Especial	22	19
Orientador de Célula	24	24
Articulador	61	45
Assessor Técnico	47	36
Assistente Técnico	05	05
Auxiliar Técnico	17	15
TOTAL	181	147

Fonte: Seplag/Coafi.

Tabela 2 – Estrutura do Quadro de Terceirizados - em 31/12/2020

TERCEIRIZADOS	QUANTIDADE
Tecnologia da informação	59
Apoio Administrativo	91
Limpeza, Asseio e Conservação	59
Vigilância 24 horas e Noturna	26
TOTAL	235

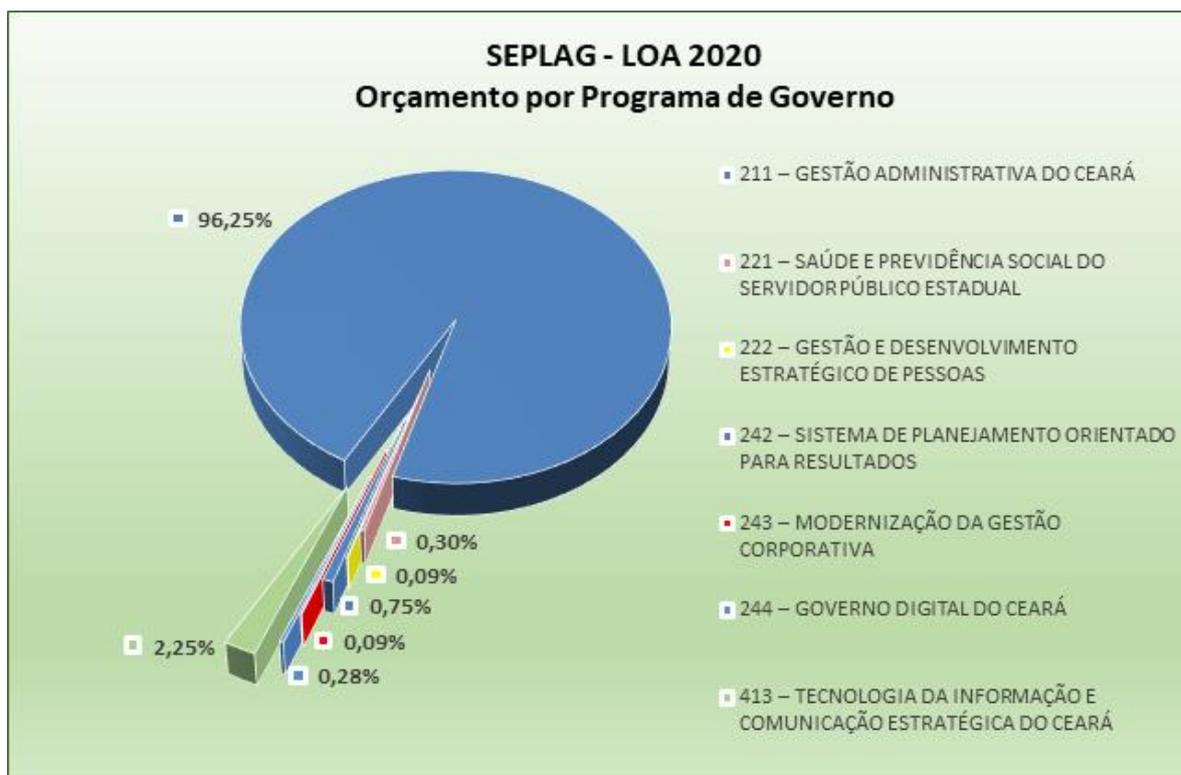
Fonte: Seplag/Coafi.

7. Recursos Orçamentários e Financeiros

Em 2020, o orçamento da Seplag foi distribuído em 7 (sete) programas de governo.

Considerando a natureza instrumental do Órgão, cerca 96% do total dos recursos foi alocado no programa administrativo para a gestão e manutenção desta Secretaria, ficando 4% distribuídos nos demais programas finalísticos, como observado a seguir.

Gráfico 1 – Orçamento por Programa de Governo



Fonte: Seplag/Coafi.

No exercício de 2020 foram consignados no orçamento da Seplag, em valores lei + créditos, recursos da ordem de R\$ 90.792.048,00 (noventa milhões, setecentos e noventa e dois mil, quarenta e oito reais).

Desse montante, foram empenhados R\$ 85.415.083,42 (oitenta e cinco milhões, quatrocentos e quinze mil, oitenta e três reais, e quarenta e dois centavos), o que corresponde a uma execução de 94% do total dos recursos orçamentários destinados ao órgão, sendo liquidado e pago quase 97% do total empenhado.

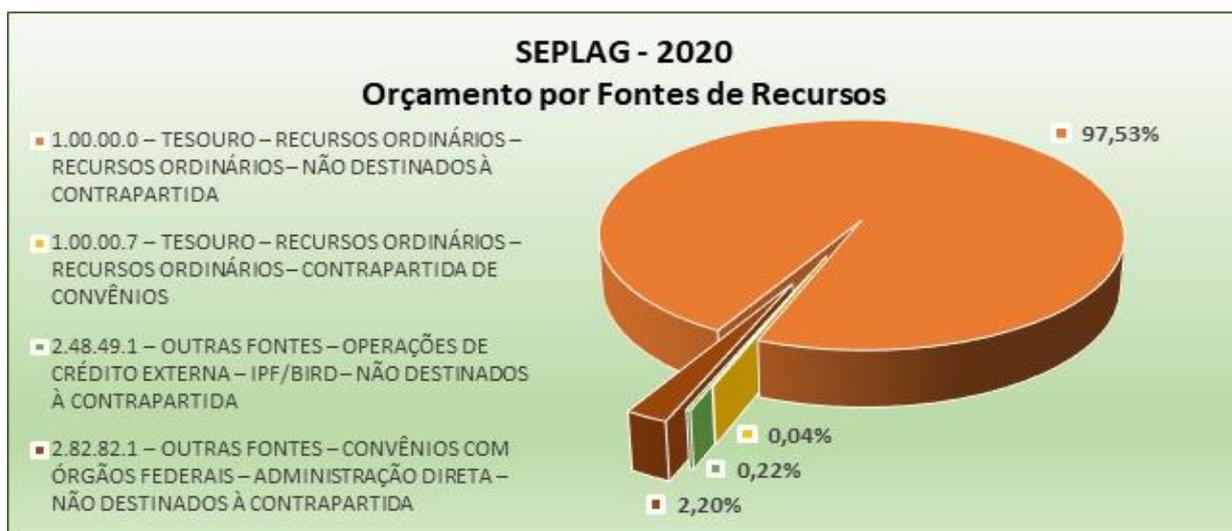
Tabela 3 – Execução Orçamentária por Programa de Governo

Programas	Lei+Crédito (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	(b)/(a)	(c)/(b)
211 – Gestão Administrativa do Ceará	87.388.845,00	85.329.446,49	82.784.847,92	97,64%	97,02%
221 – Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual	270.000,00	78.636,93	34.418,66	29,12%	43,77%
222 – Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas	80.000,00	7.000,00	7.000,00	8,75%	100,00%
242 – Sistema de Planejamento Orientado para Resultados	684.203,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
243 – Modernização da Gestão Corporativa	80.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
244 – Governo Digital do Ceará	250.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
413 – Tecnologia da Informação e Comunicação Estratégica do Ceará	2.039.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total	90.792.048,00	85.415.083,42	82.826.266,58	94,08%	96,97%

Fonte: Seplag/Coafi.

No exercício em apreço, os recursos ordinários do tesouro estadual representaram cerca de 97,5% do total das fontes de recursos do órgão, e os recursos de outras fontes simbolizaram apenas em torno de 2,5% do orçamento total, como se observa a seguir.

Gráfico 2 – Orçamento por Fontes de Recursos



Fonte: Seplag/Coafi.

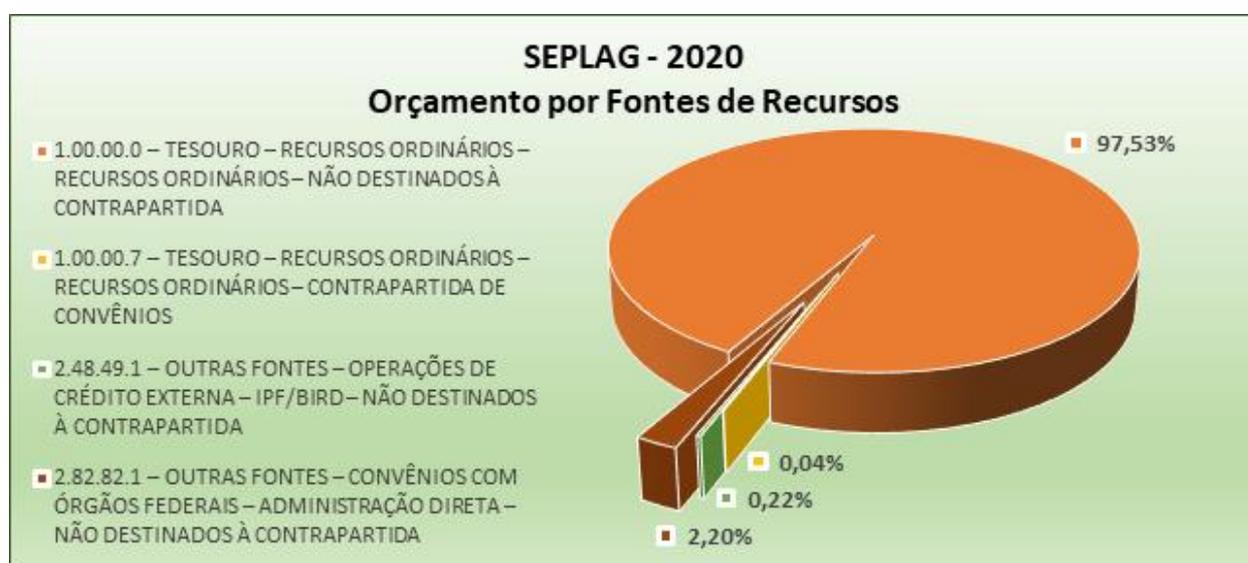
Tabela 4 – Execução Orçamentária por Fontes de Recursos

Fontes de Recursos	Lei+Crédito (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	(b)/(a)	(c)/(b)
1.00.00.0 – Tesouro – Recursos Ordinários – Recursos Ordinários – Não Destinados à Contrapartida	88.553.048,00	85.415.083,42	82.826.266,58	96,46%	96,97%
1.00.00.7 – Tesouro – Recursos Ordinários – Recursos Ordinários – Contrapartida de Convênios	39.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2.48.49.1 – Outras Fontes – Operações de Crédito Externa – IPF/BIRD – Não Destinados à Contrapartida	200.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2.82.82.1 – Outras Fontes – Convênios c/ Órgãos Federais – Administração Direta – Não Destinados à Contrapartida	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total	90.792.048,00	85.415.083,42	82.826.266,58	94,08%	96,97%

Fonte: Seplag/Coafi.

Considerando a predominância da função administrativa nas atividades do órgão, no orçamento de 2020 verifica-se que 63% do total dos recursos foi destinado aos gastos com pessoal e encargos sociais, sendo 34% alocados para acobertar os gastos com outras despesas correntes, ao passo que para os gastos com investimentos foram disponibilizados algo em torno de 3%, como representado abaixo.

Gráfico 3 – Orçamento por Grupos de Natureza de Despesa



Fonte: Seplag/Coafi.

Tabela 5 – Execução Orçamentária por Grupos de Natureza de Despesa

Grupos de Natureza de Despesa	Lei+Crédito (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	(b)/(a)	(c)/(b)
31 – Despesa Corrente / Pessoal e Encargos Sociais	57.277.723,00	56.893.041,55	56.010.974,38	99,33%	98,45%
33 – Despesa Corrente / Outras Despesas Correntes	30.935.645,00	28.498.869,57	26.795.807,70	92,12%	94,02%
44 – Despesa de Capital / Investimentos	2.578.680,00	23.172,30	19.484,50	0,90%	84,09%
Total	90.792.048,00	85.415.083,42	82.826.266,58	94,08%	96,97%

Fonte: Seplag/Coafi.

8. Custeio de Manutenção

No exercício de 2020, os recursos para realizar as despesas necessárias à manutenção e funcionamento administrativo da Seplag, importaram na soma de R\$ 29.952.122,00 (vinte e nove milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, cento e vinte e dois reais).

Desse montante, cerca de 64% foram alocados para os gastos com serviços essencialmente administrativos do órgão, enquanto 36% foram destinados aos gastos específicos de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Gráfico 4 – Custeio de Manutenção por Ação Orçamentária



Fonte: SEPLAG / Coafi.

Dos recursos disponibilizados para o Custeio de Manutenção da Seplag em 2020, oriundos de recursos ordinários da fonte tesouro, foram empenhados R\$ 28.436.404,94 (vinte e oito milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, quatrocentos e quatro reais e noventa e quatro centavos), o que corresponde a uma execução de quase 95% do total autorizado (em Lei+Crédito), sendo liquidado e pago cerca de 94% de tudo que foi empenhado, como demonstrado a seguir.

Gráfico 5 – Execução do Custeio de Manutenção por Ação Orçamentária



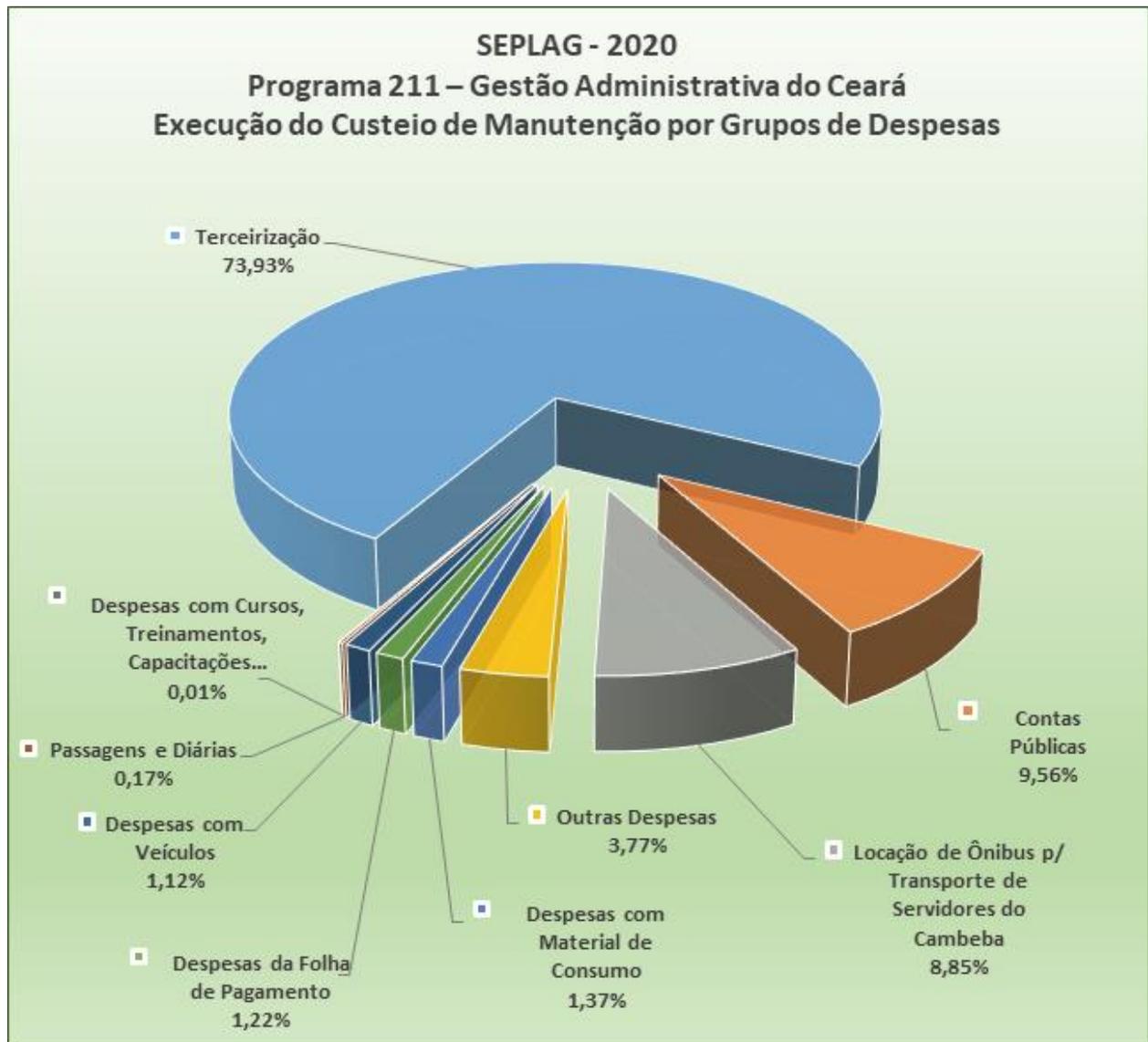
Fonte: Seplag/Coafi.

Tabela 6 – Execução do Custeio de Manutenção por Ação Orçamentária

Ação Orçamentária	Lei+Crédito (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	(b)/(a)	(c)/(b)
20001 – Manutenção dos Serviços Administrativos - Seplag	19.039.185,00	17.841.345,48	16.743.323,61	93,71%	93,85%
20837 – Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - Seplag	10.912.937,00	10.595.059,46	10.030.549,93	97,09%	94,67%
Total	29.952.122,00	28.436.404,94	26.773.873,54	94,94%	94,15%

Fonte: Seplag/Coafi.

Gráfico 6 – Execução do Custeio de Manutenção por Grupos de Despesas



Fonte: Seplag/Coafi.

A essência da Seplag em realizar atividades meio para o Estado, faz-se presente também nas despesas necessárias ao seu Custeio de Manutenção, normalmente voltadas à natureza administrativa do órgão.

No exercício de 2020, os gastos mais representativos foram com Locação de Mão-de-Obra Terceirizada para as áreas de apoio administrativo, limpeza e conservação, vigilância e pessoal especializado em TI, seguido das despesas vinculadas ao grupo de

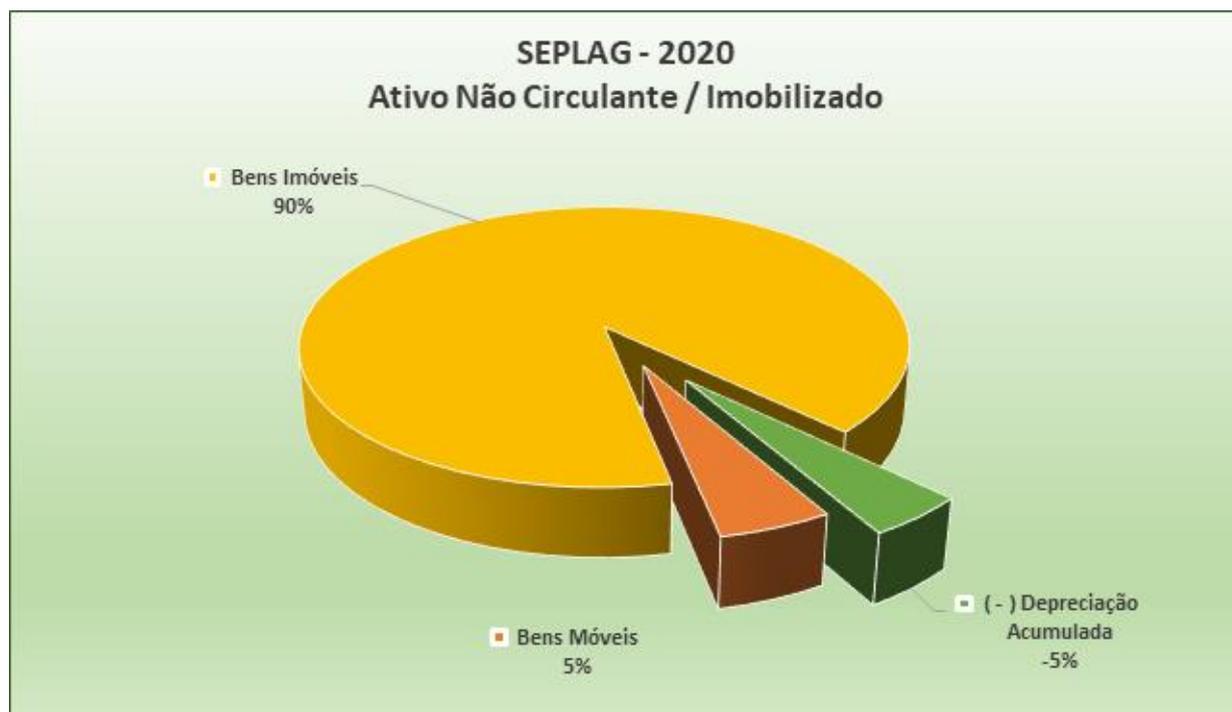
Contas Públicas e do Transporte de Servidores que trabalham no Centro Administrativo do Cambeba.

Juntas, essas despesas representaram mais de 92% do total do Custeio de Manutenção do órgão em 2020.

9. Recursos Patrimoniais

Em 2020, a Seplag contou com um imobilizado cuja valoração importa em R\$351.035.290,40 (trezentos e cinquenta e um milhões, trinta e cinco mil, duzentos e noventa reais, e quarenta centavos). Desse montante, 99,37% referem-se a Bens Imóveis e 5,61% a Bens Móveis, descontada uma Depreciação Acumulada de 4,99%.

Gráfico 7 – Ativo Não Circulante / Imobilizado – 2020



Fonte: Seplag/Coafi.

Tabela 7 – Balanço Patrimonial da SEPLAG - em 31/12/2020

Ativo Não Circulante / Imobilizado	Valor (R\$) Posição em 31/12/2020	% Representatividade
Bens Móveis	19.708.220,58	5,61%
Bens Imóveis	348.838.790,96	99,37%
(-) Depreciação Acumulada	-17.511.721,14	-4,99%
Total	351.035.290,40	100,00%

Fonte: Seplag/Coafi.

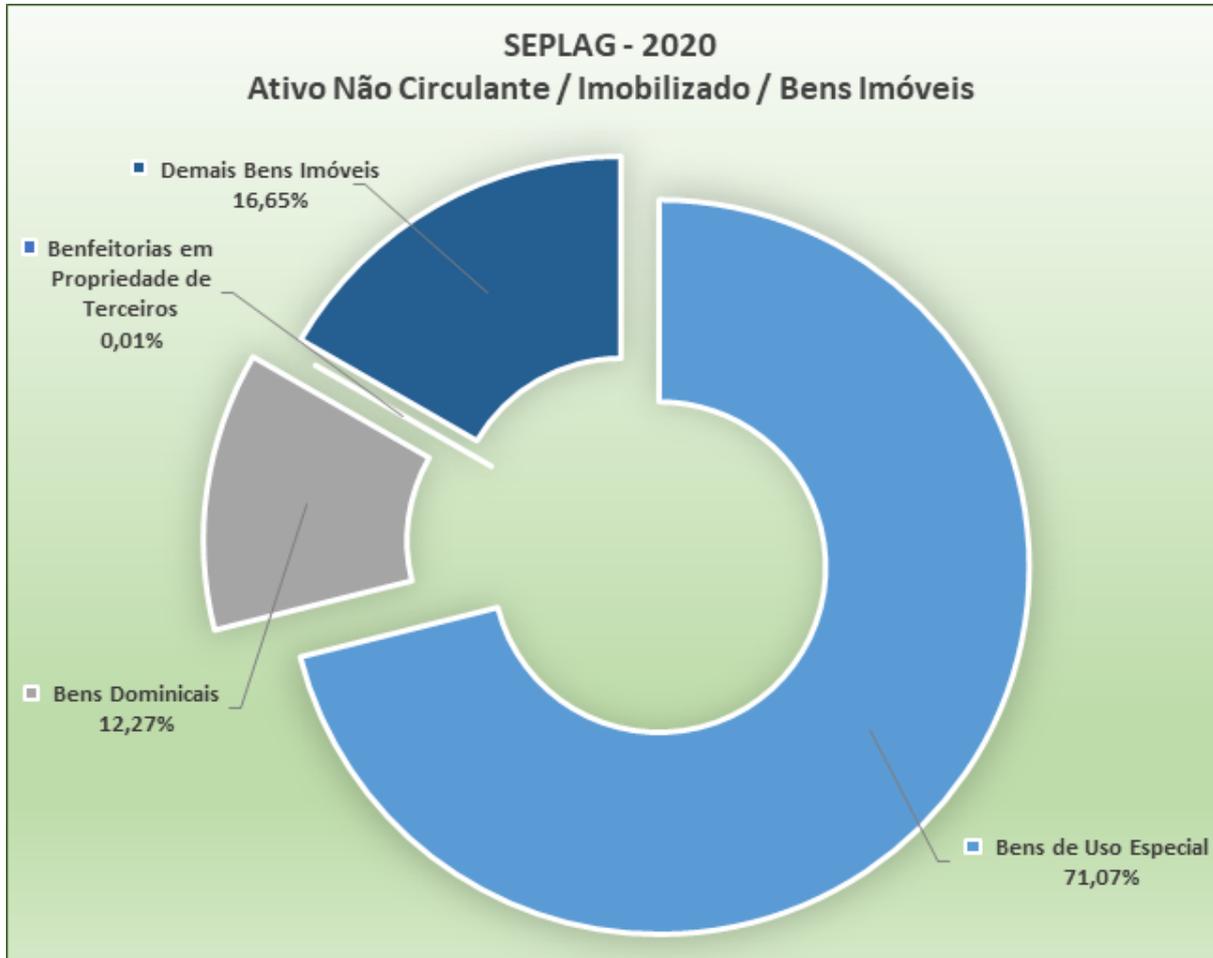
Nos bens imóveis, evidenciam-se os Bens de Uso Especial, como os prédios do Edifício Seplag e do Centro de Convivência do Servidor Público, e o Terreno onde encontram-se todas as edificações que compõem o Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, localizado no bairro Cambeba, em Fortaleza/Ce.

Também fazem parte do rol de imóveis, alguns Bens Dominicais pertencentes ao Estado do Ceará que estão sob responsabilidade da Seplag, mas que não são utilizados na finalidade pública desse órgão (bens não afetados).

Cabe ainda destacar, os Bens de Infraestrutura de TI, como o anel de fibra óptica redundante com cerca de 4.370 km de extensão distribuído pela capital e interior do Estado.

De propriedade da Seplag e gerenciado pela Etice, esse “*Backbone*” é parte integrante do Cinturão Digital do Ceará que leva internet de alta velocidade com qualidade aos órgãos e entidades governamentais do Estado e de outros entes públicos.

Gráfico 8 – Bens Imóveis - em 31/12/2020



Fonte: Seplag/Coafi.

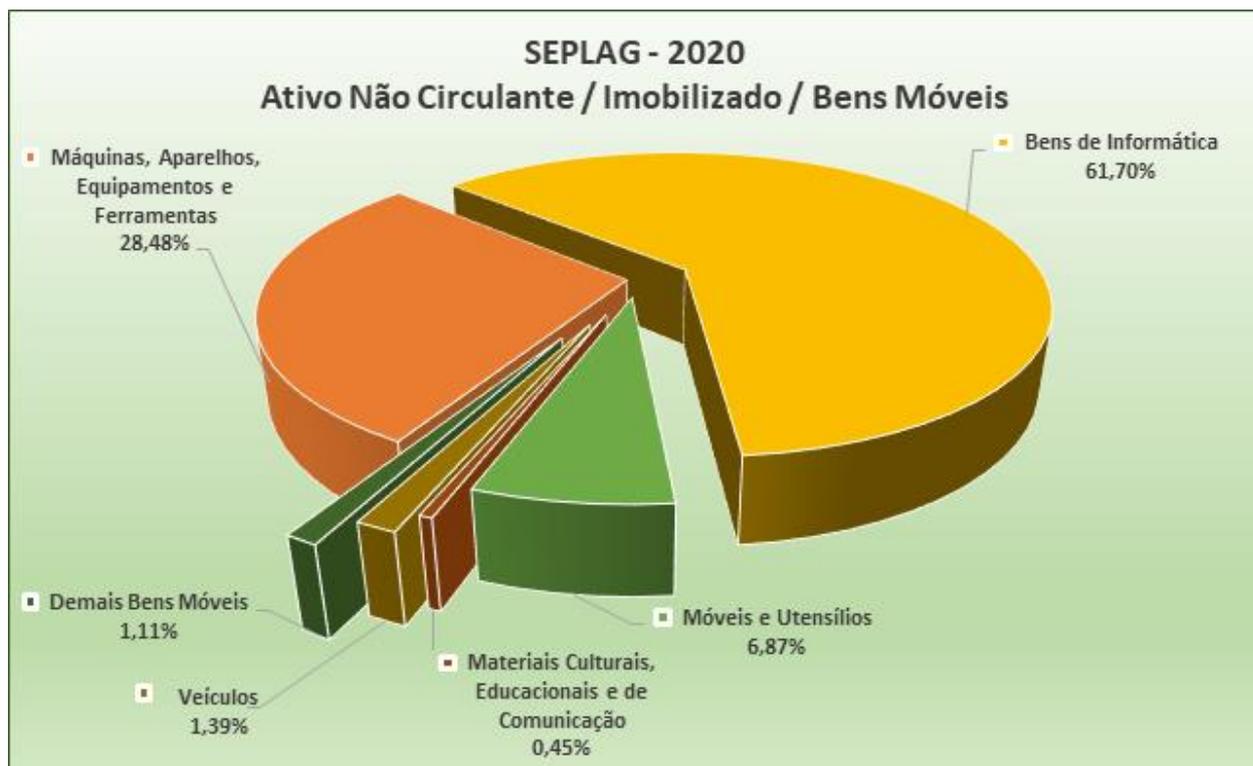
Tabela 8 – Bens Imóveis - em 31/12/2020

	Conta Contábil	Valor (R\$)	%
Bens Imóveis	Bens de Uso Especial	247.915.547,25	71,07%
	Edifícios	23.059.449,46	6,61%
	Terrenos	222.600.000,00	63,81%
	Outros Bens Imóveis	2.256.097,79	0,65%
	Bens Dominicais	42.795.677,49	12,27%
	Edifícios	26.649.589,88	7,64%
	Apartamentos	2.362.709,58	0,68%
	Casas	3.588.528,96	1,03%
	Fazendas	257.631,60	0,07%
	Galpões	1.744.553,15	0,50%
	Lojas	16.259,46	0,00%
	Terrenos	8.176.404,86	2,34%
	Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	36.499,00	0,01%
	Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	36.499,00	0,01%
	Demais Bens Imóveis	58.091.067,22	16,65%
	Infraestrutura de Tecnologia da Informação	58.091.067,22	16,65%
	Total	348.838.790,96	100,00%

Fonte: Seplag/Coafi.

Do valor total dos bens móveis, merece destaque o montante vinculado à conta dos Bens de Informática que compõem a infraestrutura tecnológica da Seplag. São esses equipamentos de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC que auxiliam no funcionamento dos sistemas informatizados da Seplag e que são de uso corporativo pelo Poder Executivo do Governo Estadual no desempenho administrativo, orçamentário e financeiro de suas atividades. Também é expressiva a soma que representa os bens móveis vinculados à conta de Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas de que dispõe o órgão.

Gráfico 9 – Bens Móveis - em 31/12/2020



Fonte: Seplag/Coafi.

Tabela 9 – Bens Móveis - em 31/12/2020

	Conta Contábil	Valor (R\$)	%
Bens Móveis	Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	5.612.340,92	28,48%
	Bens de Informática	12.160.274,33	61,70%
	Móveis e Utensílios	1.353.957,37	6,87%
	Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	88.616,01	0,45%
	Veículos	274.241,83	1,39%
	Demais Bens Móveis	218.790,12	1,11%
	Total	19.708.220,58	100,00%

Fonte: Seplag/Coafi.

10. Transferências Voluntárias

Em 2020, a Seplag não realizou nenhuma transferência de recursos mediante convênios de despesa, acordos, ajustes, termos de parceria ou instrumentos congêneres, nem mesmo a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

11. Estratégias

Em 2020 o órgão Seplag desenvolveu ações no sentido de alcançar os objetivos estratégicos relacionados ao Plano Estratégico 2016-2019.

De acordo com o Decreto Federal Nº 9.203/2017, o conceito de Governança Pública compreende essencialmente os mecanismos de controle, estratégia e liderança postos em prática, para direcionar, monitorar e avaliar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

No objetivo estratégico de Fortalecer a Governança da Seplag foram realizadas, em 2020, ações voltadas para o aperfeiçoamento da gestão da previdência social estadual; para a implantação do projeto de Teletrabalho emergencial (trabalho remoto) em decorrência da pandemia da Covid-19; e para a adequação da estrutura organizacional.

No sentido do aperfeiçoamento da gestão da previdência social estadual, em 2020 registrou-se a transferência gradual da administração do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC e das atividades desenvolvidas até então pelo órgão Seplag, por meio da Coordenadoria de Gestão Previdenciária – Cprev, para a Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará – Cearaprev.

A formalização da gestão orçamentária e financeira dos fundos FUNAPREV, PREVID e PREVMILITAR, instituídos por meio da Lei Complementar nº123, de 16/09/2013, passou para a Fundação Cearaprev a partir de 1º de janeiro de 2020 e está contida na Portaria nº96/2020, publicada no DOE nº054, de 17/03/2020.

Essa gestão compreende a arrecadação e cobrança das contribuições, e o pagamento dos benefícios de aposentadoria, pensão, reserva e reforma em favor dos servidores públicos civis e militares estaduais, e respectivos dependentes legais, dos Poderes do Estado, Instituições, Órgãos e Entidades autônomos estaduais, com base em informações individualizadas e consolidadas das respectivas folhas de pagamento.

Engloba também a passagem para a Cearaprev das demais atividades da então Coordenadoria de Gestão Previdenciária - Cprev, descritas do art. 44 a 51 do Anexo

Único a que se refere o art. 1º do Decreto Nº33.267, de 13/09/2019, que aprovou o Regulamento da Seplag, que passaram à Cearaprev a partir de 1º de março de 2020.

Essas atividades estão relacionadas a planejamento e atuária; concessão de aposentadoria; concessão de benefícios a militares; concessão de pensão previdenciária; controladoria previdenciária; gestão de fundos e investimentos; compensação previdenciária e análise de tempo de contribuição; implantação e administração de benefícios previdenciários.

No tocante aos órgãos colegiados, o Comitê Estadual de Investimentos de Previdência Social (CEIPS) passou a ser presidido pelo Presidente da Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará – Cearaprev, de acordo com o Decreto nº33.758, de 6 de outubro de 2020, que dispõe sobre o referido Comitê no âmbito da estrutura organizacional da Fundação. Os efeitos do referido decreto datam a partir de 1º de março de 2020.

O CEIPS, criado pelo Decreto nº 31.873, de 30 de dezembro de 2015, possui competências, entre as quais, fixar diretrizes para a elaboração da Política de Investimentos dos recursos previdenciários do SUPSEC, participando do processo decisório quanto à formulação e execução dessa política; e de promover transparência na gestão dos recursos do SUPSEC.

O Conselho Estadual de Políticas de Previdência Social (CEPPS), integrante da estrutura organizacional da Cearaprev, criado pela Lei Complementar nº 184/2018, está vinculado à Fundação, sendo presidido pelo Secretário do Planejamento e Gestão, conforme o Art. 7º do Decreto nº 33.916, de 2 de fevereiro de 2021.

O CEPPS tem por objetivo deliberar, de maneira estratégica e harmônica, sobre as políticas e diretrizes gerais relativas ao SUPSEC.

Uma segunda ação no sentido do fortalecimento da governança da Seplag, em 2020, foi a implantação do Teletrabalho, em caráter emergencial, por meio do Decreto nº 33.519, de 19/03/2020, publicado no DOE nº 56, de 19/03/2020, em razão da pandemia da Covid-19.

O objetivo do projeto foi possibilitar a continuidade do trabalho da Seplag no período de isolamento social decretado pelo Governo. O ganho foi assegurar a continuidade da oferta de serviços para os Clientes do órgão, em meio às restrições impostas pela pandemia.

Entre os principais desafios desse Projeto registra-se o esforço de alcançar a força de trabalho da Seplag no teletrabalho, em razão da falta ou instabilidade no acesso à Internet na residência de alguns colaboradores; a necessidade de capacitação para possibilitar ao colaborador utilizar algumas ferramentas de tecnologia da informação e comunicação (TIC); e a inadequada configuração do equipamento de TIC de uso doméstico do colaborador para realização de algumas atividades.

Alguns dos principais produtos do Projeto de Teletrabalho emergencial foram:

1. Elaboração da Portaria Seplag 121/2020, que instituiu o regime especial de trabalho para os servidores da Seplag como medida de caráter temporário para mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo novo Coronavírus.
2. Adoção de medidas de segurança de TIC no órgão Seplag para que os colaboradores realizem o trabalho de forma remota.
3. Preparação da infraestrutura de TIC do órgão Seplag para possibilitar aos técnicos e gestores o desenvolvimento de atividades com a utilização de ferramenta de trabalho colaborativa.
4. Disponibilização de canais de comunicação para atendimento remoto aos Clientes.
5. Elaboração de tutoriais com orientações para possibilitar aos técnicos e gestores a realização do trabalho remoto.
6. Implantação de procedimentos, nas visões do Setor de Protocolo e das Áreas de Negócio, para tramitação de processos eletrônicos no Viproc, no período da quarentena.
7. Elaboração e divulgação de guia de boas práticas para Reuniões Virtuais; e
8. Elaboração de Planos Individuais de Teletrabalho possibilitando o acompanhamento, monitoramento e avaliação periódica das atividades.

Uma terceira ação voltada para o fortalecimento da governança da Seplag, em 2020, foi no sentido de alterar a estrutura organizacional, por meio do Decreto nº 33.880/2020, publicado no DOE nº 290, de 30/12/2020, tendo em vista adequar as competências de algumas áreas.

As áreas impactadas pela mudança foram a Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão – Cplog, Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas – Codes, Coordenadoria de Gestão de Pessoas – Cogep e da Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Recursos Logísticos.

Em referência ao objetivo estratégico de Desenvolver, Implementar e Aperfeiçoar Modelos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas foi realizada a Adequação do PPA 2020-2023 para 2021, por meio do Decreto do Executivo nº 33.960, de 01 de março de 2021. A Adequação está prevista no art. 13, § 5º da Lei nº 17.160, de 27/12/19, alterada pela Lei nº 17.219, de 03/06/20, que institui o PPA 2020-2023.

Está associada às mudanças para alinhar o PPA à dinâmica do panorama socioeconômico, às leis orçamentárias e aos créditos adicionais, primando pela busca contínua da melhoria na implementação das diversas políticas públicas, não implicando em alterações substanciais nas declarações das entregas e dos resultados planejados pelo governo para a sociedade.

Em 2020 foi iniciado um estudo, em parceria com a FIOCRUZ e Ipece, com o objetivo de alinhar os indicadores do PPA aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, que visa comprometer o Estado com a promoção dessa Agenda, a partir da sua integração com os instrumentos de planejamento governamental, sendo uma condição essencial para priorização das políticas públicas que contribuam para alcance dos ODS.

Essa compreensão, dentro do cenário político, coloca o Plano Plurianual (PPA) como uma ferramenta central nesse processo, uma vez que se constitui numa das principais ferramentas de planejamento governamental. Nesse contexto, foi concluída a análise do Eixo Ceará Saudável (indicadores de saúde) e disponibilizado no site do Ipece.

No tocante ao aperfeiçoamento do processo de planejamento governamental, o fortalecimento do modelo de gestão para resultados (GpR) avança com a contratualização do Acordo de Resultados, ferramenta indutora da mudança de postura dos gestores públicos, conscientização e mais envolvimento com os compromissos pactuados. Tal estratégia condiciona o ciclo de formulação do planejamento, orçamento e gestão estadual.

No sentido do objetivo estratégico de Promover o Fortalecimento da Rede Estadual de Planejamento, em 2020, foram redefinidos e redenominados pelo decreto nº 33.813, de 11 de novembro de 2020, o Sistema Estadual de Planejamento e a Rede Estadual de Planejamento, passando a ser chamados de Sistema Estadual de Planejamento e Orçamento (SPO) e Rede Estadual de Planejamento e Orçamento do Ceará (Renop Ceará), tendo a Secretaria do Planejamento e Gestão como seu órgão central.

Essa mudança fortalece a gestão para resultados, estruturando um ciclo integrado de planejamento, orçamento, monitoramento e avaliação, melhorando a qualidade dos

indicadores a serem monitorados, com base na sua relevância para o alcance dos resultados esperados.

Merecem destaque os avanços no aprimoramento dos mecanismos de coordenação e colaboração intersetorial entre secretarias, visando dotar o Governo do Estado de capacidade institucional (estrutura organizacional e capacitação) para o fortalecimento da governança para resultados.

A Rede Estadual de Planejamento e Orçamento do Ceará (Renop Ceará) é constituída por uma estrutura multissetorial, sendo composta pela Seplag, por meio da Coordenadoria Especial de Gestão Estratégica de Planejamento e Orçamento (Coplo), que exerce o papel de coordenação geral, e pelas Unidades Setoriais de Planejamento, constituídas pelas Coordenadorias de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Codip's) ou áreas afins dos órgãos estaduais, que exercem o papel de coordenação setorial das funções de Planejamento e Orçamento.

No sentido do objetivo estratégico de Aperfeiçoar a Sistemática de Compras Governamentais, observa-se que as compras corporativas no Estado, operacionalizadas por meio da sistemática de registro de preços, destacaram-se pelo potencial de economia em 2020, uma vez que as atas iniciadas naquele ano geraram, até o momento, uma economia efetiva de R\$ 467 milhões.

Ressalte-se que além da economia efetiva, obtida por meio das compras efetuadas por registro de preços, os órgãos e entidades participantes das atas economizaram com a redução de custo processual, ao deixar de realizar processos licitatórios ou de contratação direta por conta própria.

Na busca do objetivo estratégico de Aperfeiçoar a Gestão Estratégica de Pessoas do Estado, no contexto corporativo, no âmbito do *Projeto de Redesenho do Processo de Férias* foi ampliado o alcance do Sistema de Gestão de Férias - SGPF, módulo do Sistema de Gestão de Pessoas - SGP, objetivando dar maior celeridade ao novo fluxo implantado e atendendo as necessidades da Nova Administração Pública Gerencial.

No tocante ao *Projeto Auditoria da Folha de Pagamento* foram corrigidos os problemas identificados pela consultoria Deloitte com a modernização da legislação e dos controles.

Em relação à melhoria da folha de pessoal, foi firmada parceria com o Estado de Santa Catarina para que nos fornecessem os códigos fontes dos seus sistemas de pessoal para que possamos aprimorar e melhorar o fluxo sistêmico e as regras de negócio do Estado.

Aprimorou-se, ainda, o fluxo de concursos públicos para dar agilidade aos certames realizados pelo Estado.

Na expansão das estratégias de reconhecimento dos servidores públicos e de melhoria do desempenho no exercício de suas atividades laborais, em 2020 a Seplag participou juntamente com a Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará - EGPC, Casa Civil e Secretaria da Saúde - Sesa do *Projeto de Gestão de Pessoas no Setor Público*, conduzido pela Aliança (Brava, Fundação Lemann, Humanize e Republica.org).

Em 2020 foi elaborado o plano referente ao programa de engajamento e desenvolvimento de pessoas com o intuito de tornar o serviço público um espaço de realização pessoal e profissional, com foco na excelência e na satisfação do usuário.

A proposta foi elaborada no Programa de Formação em Gestão de Pessoas: desenvolvendo competências para liderar transformações estratégicas e inovadoras nas políticas de RH do setor público, uma realização da Fundação João Pinheiro, Fundação Brava, Fundação Lemann, Instituto Humanize e Instituto República. Participaram dessa proposta 4 (quatro) profissionais, sendo um servidor da Seplag, um servidor da Casa Civil e dois da Seduc.

No tocante à promoção de ingresso de profissionais qualificados para ocupação em postos estratégicos, em janeiro e fevereiro foram realizadas duas seleções para cargos comissionados, sendo a primeira para a SESA-SEDE para o preenchimento de 4 cargos de coordenação e a segunda para o preenchimento de 7 cargos de Diretores de Administrativos Financeiros dos hospitais da rede da saúde do Estado do Ceará.

Em 2020 prosseguiu junto à Secretaria da Educação - Seduc, trabalho no sentido de implementar uma política de gestão de pessoas naquela setorial e que poderá ser implantada em outras setoriais, embasada nos pilares de desempenho e desenvolvimento.

Foram iniciados os estudos para implantação da Unidade Central em Gestão de Pessoas com foco em pré-seleção para cargos em comissão e desenvolvimento de lideranças.

No que se refere à Gestão dos Serviços Terceirizados, em 2020, foram atendidos pela área corporativa da Seplag, 56 órgãos e entidades públicas estaduais, os quais são detentores de 305 contratos de serviços terceirizados.

Durante o período de janeiro a dezembro de 2020 foram recebidos, analisados, liberados e entregues o quantitativo de 2.054 (dois mil e cinquenta e quatro) processos

compreendendo: licitação, repactuação de contratos, prorrogação de contratos, acréscimos e supressões de contratos e dispensa de licitação.

Os valores desses contratos, em recursos do tesouro estadual, alcançaram o montante com referência às vagas formalizadas o valor de R\$ 1.137.219.214,44 (um bilhão, cento e trinta e sete milhões, duzentos e dezenove mil, duzentos e quatorze reais e quarenta e quatro centavos) e empenhado de R\$ 1.093.180.719,20 (um bilhão e noventa e três milhões, cento e oitenta mil, setecentos e nove reais e vinte centavos) perfazendo um percentual de 96,13% em relação ao empenhado e formalizado, incluindo 23.424 colaboradores terceirizados.

A participação institucional da Seplag no gerenciamento dos impactos econômicos demanda proatividade. A complexidade do atual contexto impõe inúmeros desafios estratégicos e operacionais à gestão do órgão. A forma de lidar com esses desafios requer, entre outras ações, cuidado especial com a sua força de trabalho, composta por servidores e colaboradores.

Partindo desse pressuposto, foi definido o objetivo estratégico de Reestruturar e Fortalecer a Gestão de Pessoas na Seplag. Para tanto, em 2020, foram desenvolvidas as seguintes ações institucionais:

- Implementação do Projeto de Acolhimento e Desenvolvimento de Pessoas;
- Implementação do Projeto Cuidar da Gente;
- Implementação da Política de monitoramento dos casos de Covid-19; e
- Capacitações.

O Projeto de Acolhimento e Desenvolvimento de Pessoas engloba um conjunto de ações e de projetos específicos visando uma melhor articulação da gestão de pessoas com o desenvolvimento profissional e a qualidade de vida da força de trabalho da Seplag.

O referido projeto estabelece estratégias com foco na valorização dos servidores e colaboradores, no fortalecimento das carreiras da Seplag, na relação das pessoas com o ambiente de trabalho, com o desenvolvimento intelectual e profissional (capacitação) e no aspecto da saúde ocupacional.

Uma das ações no âmbito desse Projeto foi o I Seminário em Comemoração ao Dia do Servidor da Carreira de Planejamento e Gestão Pública, realizado em fevereiro com o

objetivo de promover a reflexão e a discussão de temas relevantes em Planejamento, Orçamento e Gestão Pública, contribuindo para o fortalecimento das Carreiras da Seplag.

Outra vertente trabalhada no Projeto foi a implementação de ações de Acolhimento e Promoção de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, por meio das seguintes ações:

- Campanha Janeiro Branco, que alerta para os cuidados com a saúde mental, com duas atividades:
 - Oficina de Arte Terapia – “Criar-se e Recriar-se: A Vida no Mundo Contemporâneo”, ação desenvolvida no dia 27 de janeiro de 2020;
 - Vivência Meditativa, realizada no dia 29 de janeiro de 2020, das 10:00 às 11:00 horas, no auditório da Seplag.
- Seminário em Comemoração ao Dia Internacional da Mulher – “Mulheres de Palavra”, com o objetivo de promover reflexão e discussão sobre a temática de gênero, o enfrentamento à violência contra a mulher e o empoderamento feminino:
 - Lançamento da Campanha Itinerante do Laço Branco – homens pelo fim da violência contra a mulher, no âmbito da Seplag;
 - Palestra sobre Empoderamento Feminino.
- Campanha Setembro Amarelo: A Seplag aderiu à campanha Setembro Amarelo que foi criada com o intuito de informar as pessoas sobre o suicídio, e as formas de enfrentamento ao problema geralmente motivado pela depressão. Durante a pandemia a Seplag perdeu uma de suas colaboradoras por suicídio e não poderia deixar de conversar sobre a problemática de forma direta e com a sensibilidade necessária para a situação. Foram distribuídos 200 marcadores de livros com frases de incentivo à vida e laquinho amarelo símbolo da campanha.
- Campanha Outubro Rosa: A Seplag realizou uma série de ações educativas com suas servidoras e colaboradoras sobre a prevenção do câncer de mama. Foram desenvolvidas as seguintes ações:
 - Distribuição de 150 kits contendo um broche com o laço rosa símbolo da campanha, chocolate, preservativo feminino, algodão-doce cor de rosa e um cartão com informações sobre os casos de câncer de mama;
 - As pessoas foram convidadas a usarem a cor rosa uma vez por semana e foram fotografadas com frases de efeitos sobre o empoderamento feminino relacionado ao autocuidado;
 - Divulgação do tema em cartazes e mídia eletrônica;

- Ação social com coleta de leite em pó para Casa Vida, do Instituto do Câncer do Ceará que acolhe pacientes do interior do Estado, em tratamento oncológico;
- Realização de *lives* sobre o tema;
- Distribuição de informativo sobre o câncer de mama nos homens.

Com relação ao foco da saúde ocupacional, é válido registrar que 2020 foi um ano atípico marcado pelo início do período da pandemia do novo coronavírus. Nessa perspectiva, as ações voltadas à saúde ocupacional não poderiam desvincular-se de uma política institucional de monitoramento dos casos de Covid-19 entre servidores e colaboradores. Além do acompanhamento dos casos positivos, foram implementadas várias medidas de prevenção, bem como ações voltadas à melhoria da ambiência institucional.

Entre as ações de maior destaque no ano de 2020 encontram-se as desenvolvidas pelo *Projeto Cuidar da Gente*, estratégia institucional desenvolvida por meio da Célula de Desenvolvimento de Pessoas (Cedep), em parceria com a Assessoria de Comunicação (Ascom). A ação objetiva cuidar das pessoas das diversas equipes da Seplag em prol da melhoria da ambiência organizacional.

A pandemia apresentou uma série de desafios que demandaram o estabelecimento de mecanismos efetivos para a comunicação de informações entre instituição, servidores e colaboradores, bem como ações voltadas à segurança ocupacional e o estabelecimento de diretrizes de proteção pessoal e coletiva que pudessem impactar na conscientização sobre segurança e prevenção de riscos sanitários.

Ademais, o contexto social demandou também ações que possibilitassem fortalecer uma cultura do autocuidado, do respeito, do reconhecimento, da ajuda mútua e da orientação positiva, além do bem-estar físico e mental dos integrantes das equipes e da empatia, por meio do apoio mútuo para o enfrentamento de tantas tristezas, medos, perdas de colegas de trabalho, familiares, amigos e conhecidos.

Diante da complexidade do contexto, a Cedep e a Ascom apresentaram a proposta do *Projeto Cuidar da Gente* que busca desenvolver ações de promoção à saúde e de qualidade de vida no trabalho de forma humanizada.

Com relação à convivência entre pares, o projeto valorizou atos de reconhecimento dos servidores e colaboradores, a importância do compartilhamento de experiências e reciprocidades, de mensagens pelo aniversário, pela recuperação da saúde de

servidores e colaboradores acometidos pela Covid-19 e notas de pesar no caso de falecimentos.

O Projeto também foi fundamental para implementar o disposto na Portaria Seplag nº 222/2020, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) de 26 de agosto de 2020, estabelecendo o retorno gradual ao trabalho presencial.

Foram executadas ações objetivando superar as dificuldades que se apresentavam no momento da pandemia e manter a continuidade gradual do retorno das atividades presenciais na Seplag, de forma responsável e com segurança, conforme disciplina a supracitada portaria e os Decretos Governamentais que tratam do isolamento social e da abertura gradual das atividades econômicas e de serviços.

As principais ações desenvolvidas em 2020 foram:

- Elaboração da Cartilha sobre o Retorno Gradual e Responsável às Atividades Presenciais, Trata-se de um informativo didático sobre o Decreto Governamental e a Portaria 222/2020 da Seplag, os quais regulamentam o isolamento social, a abertura da economia e o retorno das atividades presenciais na Seplag. Cartilha RETORNO GRADUAL E RESPONSÁVEL ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS (acesso no link:<https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/09/Retorno-Gradual-e-Respons%C3%A1vel-%C3%A0s-Atividades-Presenciais-1.pdf>);
- Implementação da política de monitoramento da saúde ocupacional dos agentes públicos da Seplag, com foco no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. O acompanhamento sistemático visa a devida aplicação das medidas de segurança sanitária no ambiente organizacional durante o período da pandemia. Em 21 de outubro de 2020 foi divulgado o primeiro relatório da Política de Monitoramento da saúde ocupacional na Seplag, com foco no enfrentamento da pandemia da Covid-19;
- Realização de 1 pesquisa situacional para traçar o perfil de saúde dos agentes públicos e mapear informações gerais para subsidiar a implementação de uma política de monitoramento dos possíveis casos de Covid-19 no processo do retorno do trabalho presencial na Seplag. 195 (cento e noventa e cinco) pessoas responderam à pesquisa. O relatório da pesquisa e da Política de Monitoramento pode ser visualizado no endereço eletrônico (<https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/10/FOLHA-DE-INFORMACAO-E-DESPACHO.pdf>.)
- Elaboração de Protocolos internos:

- Registro funcional em afastamento por ocorrência de casos de Covid-19, suspeita ou contato com pessoa comprovadamente infectada;
- Medidas de segurança em ocorrência de sintomas ou contato com pessoa comprovadamente infectada.
- Ações preventivas para reduzir o risco de contaminação pela Covid-19 no ambiente interno do órgão Seplag:
 - Instalação de 50 repositórios de álcool-gel nas dependências da Seplag;
 - Sanitização do ambiente interno da Seplag pela Cruz Vermelha – realizada 01 sanitização;
 - Aquisição de 4 (quatro) geradores de ozônio para sanitização sistemática das salas da Seplag de forma a promover a desinfecção do ar e das superfícies lisas;
 - Elaboração e execução de campanha de marketing interno com material gráfico sobre o retorno gradual e responsável às atividades presenciais:
 - Adesivos carinhas indicando distanciamento social
 - Aqui – álcool em gel 70
 - Banner virtual
 - Cartão kit de prevenção
 - Cartaz Bebendo água
 - Cartaz Orientações para usar o elevador
 - Cartaz Previna-se
 - Cartaz Usando a copa
 - Cartaz Usando o banheiro
 - Cartaz Uso correto da máscara
 - Cartaz Uso obrigatório de máscara
 - Colabore
 - Informe ao gestor
 - Respeite a sinalização – escadas

O material gráfico pode ser visualizado no seguinte endereço:
(<https://www.seplag.ce.gov.br/menu-servicos/material-tecnico/covid-19/>)

- Limpeza semanal de todos os aparelhos de ar-condicionado da Seplag;
- Aquisição de 03 medidores de temperatura para uso na recepção;
- Distribuição de 225 kits de EPIs (máscaras e álcool-gel) para os servidores e colaboradores em atividades presenciais;
- Distribuição de 150 kits de EPIs (*face shield*, máscara e álcool-gel), em parceria com a Associação dos Servidores da Seplag;

- Distribuição 222 EPIs (máscaras e álcool-gel) em parceria com as empresas terceirizadas;
- Implementação do plano de diagnóstico para testagem sistemática: Primeira campanha de testagem ocorreu entre os dias 13 e 16 de outubro. Foram realizados 400 exames método Teste Rápido, em servidores e colaboradores da Seplag. Foram realizados 42 testes RT-PCR em servidores e colaboradores da Seplag, para identificar a ativação do vírus. De forma solidária, foram realizados 261 Teste Rápido em servidores e colaboradores do IPECE, EGPCE, SCidades, CGE e Cearaprev. Todos os casos positivos no Teste Rápido realizaram o exame RT-PCR. A ação contou com a parceria da Sesa/Ce e da Associação dos Servidores da Seplag;
- Articulação com a Secretaria da Saúde do estado do Ceará para aplicação de testes RT-PCR em servidores e colaboradores que apresentam sintomas ou que tiveram contato direto com pessoas infectadas, seja no ambiente de trabalho ou no familiar;
- Afastamento profilático de servidores e colaboradores que tiveram contato com pessoas infectadas, os quais são colocados em regime de teletrabalho;
- Compartilhamento de informativos sobre a pandemia por e-mail e disponibilizados na intranet. O fortalecimento da rotina de compartilhamento de informações sobre a pandemia contribui para a democratização da informação e a disseminação de informações confiáveis entre os servidores/colaboradores. Entre outras, são divulgadas sistematicamente as seguintes informações: Boletins Epidemiológicos sobre a Pandemia no Brasil e no Ceará; Orientações sobre práticas de higiene e prevenção; Orientações sobre o comportamento ético diante de casos confirmados dentro da Secretaria, para evitar preconceitos, piadas ou situações de desconforto com aqueles que se reservam ao sigilo do diagnóstico; Orientações sobre a rede de atendimento pública e privada; Esclarecimentos sobre aspectos da legislação (Decretos, Portarias, Resoluções), especialmente no que diz respeito à Seplag e aos servidores. Todos os informativos do Governo Estadual são divulgados.
- Realização de Campanha de Vacinação contra a Gripe e outras infecções pelo vírus Influenza para servidores e colaboradores da Seplag e de outras Secretarias/Órgãos do Cambeba, de 22 a 24/07/2020.

- Homenagem a servidores que se aposentam: muitos profissionais são eternos para Seplag, pois dedicam uma vida inteira em prol do desenvolvimento da organização. Depois de longos anos de dedicação e de longas jornadas, chega a hora do merecido descanso da aposentadoria. A valorização profissional, tanto no dia a dia quanto na hora da saída para a aposentadoria, faz com que a equipe se sinta acolhida e importante para todo o processo. A prática institucional do reconhecimento ao final da carreira promove o sentimento de reconhecimento e valorização, bem como estimula os servidores que ficam a serem mais produtivos. No período foi entregue uma Carta Homenagem, tendo em vista que houve apenas uma aposentadoria.
- Criação das redes sociais da Seplag: Entre as inúmeras estratégias para motivar equipes, situa-se a criação e/ou fortalecimento dos canais de comunicação disponíveis nas redes sociais. Nesses canais são divulgados eventos e atividades institucionais; divulgação de oportunidades de capacitação; compartilhamento de informações e orientações gerais do Governo Estadual; divulgação de datas comemorativas; divulgação de mensagens em homenagem aos servidores/colaboradores pela data do aniversário, entre outras práticas de comunicação nas redes sociais.
 - Perfil oficial no Facebook - <https://pt-br.facebook.com/seplag.ce/>
 - Perfil oficial no Twitter - <https://twitter.com/seplagceara>
 - Perfil oficial no Instagram - <https://www.instagram.com/seplagce/?hl=pt-br>

Outro foco trabalhado no *Projeto de Acolhimento e Desenvolvimento de Pessoas* é o desenvolvimento e qualificação da força de trabalho da Seplag. Durante o ano de 2020, em março, a Cedep/Coafi apoiou a realização do I Congresso Nacional de Gestão para Resultados (ConGpR), cujo objetivo foi discutir os limites e as possibilidades da gestão pública para o alcance de resultados positivos no setor público. O evento reuniu, pesquisadores, professores, acadêmicos, lideranças políticas e gestores que atuam no campo da gestão pública de todo o Brasil.

Logo após a realização do referido evento a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou estado de pandemia mundial pelo novo coronavírus, o que teve impacto direto no investimento público das capacitações no ano de 2020. Além disso, também ocorreu dificuldade relacionada à impossibilidade de realizar capacitações no formato presencial, em razão do risco de contágio da Covid-19.

Diante desse contexto de dificuldades, a Célula de Desenvolvimento de Pessoas (Cedep/Coafi/Seplag), organizou um trabalho de busca ativa e identificação de

possibilidades de capacitações oferecidas pelas escolas de governo, de forma gratuita e na modalidade a distância. As oportunidades foram divulgadas semanalmente para os servidores e colaboradores da Seplag pelo e-mail institucional, ficando a critério daqueles a decisão de aproveitamento dessas oportunidades. Entendia-se que a estratégia seria uma forma alternativa de capacitação diante de um contexto de priorização para ações governamentais voltadas ao enfrentamento da pandemia.

Além da Escola de Gestão Pública do estado do Ceará (EGPCE) buscou-se oportunidades de capacitação a distância e gratuitas junto às seguintes instituições:

- Escola Virtual Gov (EVG), em parceria com:
 - Tribunal de Contas da União (TCU)
 - Ministério da Economia
 - Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)
 - Receita Federal do Brasil (RFB)
 - Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
 - Controladoria Geral da União (CGU)
 - Centro de Liderança Pública (CLP)
 - Escola Superior de Contas e Gestão Pública, do TCE
 - Conselho Regional de Administração do Ceará (CRA-CE)
 - Universidade do Parlamento do Ceará (Unipace)
 - Fundação Demócrito Rocha (FDR)

Das escolas com oportunidades identificadas, a única que a Cedep/Coafi teve acesso à informação de certificação foi a Escola de Gestão Pública do Ceará (EGPCE), por meio do Sistema Capacit.

Segundo análise dos dados fornecidos pela EGPCE, no período de janeiro a dezembro foram qualificadas 80 pessoas, entre servidores efetivos da Seplag, ocupantes de cargos comissionados exclusivos e servidores/empregados públicos de outros órgãos/entidades cedidos à Seplag, em cursos com carga horária igual ou superior a 20 horas-aula.

Além das participações nos eventos da EGPCE, também foram capacitados 3 servidores da Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão - Cplag, no Curso de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e do Demonstrativo de Resultado Primário e Nominal - online. Assim, no ano de 2020, a Seplag teve 83 servidores públicos qualificados.

No sentido do **objetivo estratégico de Aprimorar o atendimento da Perícia Médica**, a Seplag reformulou o modelo de atendimento pericial e reorganizou a divisão de atribuições entre os colaboradores da Copem, em decorrência da pandemia do novo

coronavírus, período em que todos os atendimentos presenciais tiveram que ser suspensos em virtude de decreto governamental, tendo sido instituído o modelo de teletrabalho, com perícias realizadas de forma documental por meio do Sistema de Perícia Médica.

A partir de agosto de 2020, quando se iniciava a abertura de alguns setores da sociedade, apenas perícias consideradas urgentes e que não poderiam ser feitas de forma documental passaram a ser realizadas na Copem, por trabalhadores que se alternavam em escala.

O atendimento presencial, bem como todo o trabalho realizado no interior da Copem, passou a seguir as exigências dos protocolos sanitários, inclusive a proibição de aglomerações.

O Projeto Perícia Itinerante em 2020, promoveu o deslocamento da equipe de peritos a três cidades-pólo do estado (Quixadá, Juazeiro do Norte e Sobral) no primeiro trimestre, qualificando a oferta do serviço aos servidores do interior, além de proporcionar uma maior comodidade aos servidores enfermos, que se deslocavam à capital para perícia médica.

Porém, em meados de março, as viagens foram suspensas em decorrência da pandemia e das proibições decretadas pelo governador.

Na busca pelo alcance do objetivo estratégico de Promover a Modernização da Gestão Institucional do Poder Executivo, em 2020, dando continuidade ao Projeto de Implantação da Gestão por Processos, a Seplag, capacitou 1 órgão em Gestão da Rotina, que corresponde a fase 2 do projeto e realizou o assessoramento a 10 órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

As capacitações do Projeto de Implantação da Gestão por Processos são realizadas de forma presencial e em decorrência da pandemia do novo coronavírus e o estabelecimento do teletrabalho, as capacitações presenciais foram suspensas.

Os assessoramentos aos órgãos/entidades já capacitados foram realizados por meio de teletrabalho e, embora em menor número, as demandas existentes foram realizadas.

Em referência ao objetivo estratégico de Promover a Implementação das Estratégias e Políticas Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), foram realizadas as ações a seguir.

Quanto à governança de TIC, em outubro de 2019, foi solicitado aos 66 órgãos e entidades do poder executivo estadual que realizassem seus planejamentos estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – PETIC para o período de 2020 a 2022, em cumprimento à Resolução do Conselho Superior de TIC – CSTIC de Nº01 de 29 de julho de 2013, referente a execução do Planejamento das Estratégias das Áreas de TIC da Adm. Pública Estadual e realização do monitoramento das metas de TIC pela Seplag.

Em fevereiro de 2020, a Coget/Seplag recebeu os planos diretores estratégicos de TIC (PDTIC) dos órgãos e entidades do governo e realizou análise das metas de TIC.

No mês de novembro de 2019, foi iniciado diagnóstico e inventário de Aplicações e Soluções de TIC junto aos órgãos/entidades do poder executivo, em parceria com a Casa Civil, com o objetivo de estruturar, operacionalizar e monitorar o Programa Hub de TIC (HTIC). Em abril de 2020, foi encaminhado à Etice um relatório com o resultado do diagnóstico.

No Processo de Aquisição de Bens e Serviços de TIC, em fevereiro de 2020 foi melhorada a atividade de análise de processos com a eliminação da etapa de pré-análise, reduzindo em uma semana, em média, o prazo da emissão de parecer técnico.

Em maio de 2020, foi implantada, no âmbito da Seplag/Coget, solução para o acompanhamento dos processos de aquisição de bens e serviços de TIC, intitulado RADAR DE TIC. Por meio dessa ferramenta a equipe consegue gerenciar, de forma mais eficiente, as distribuições dos processos e o tempo de atendimento de cada demanda.

Com relação às políticas e normas de TIC, em abril de 2020, foi elaborada nova minuta da Resolução do Planejamento Estratégico de TIC do governo do Estado, para submeter à aprovação do Comitê de Governança de TIC e, em seguida, do Conselho Superior de TIC – CSTIC, no início de 2021, atendendo ao Modelo de Gestão de TIC do Governo do Estado.

Em novembro de 2020, foi aprovada a minuta do Decreto da Política de Segurança da Informação e Comunicação do governo do Estado – PoSIC pelo Conselho Superior de TIC – CSTIC e encaminhada à Casa Civil para publicação no mesmo mês.

A minuta dispõe sobre a instituição da Política de Segurança da Informação e Comunicação dos Ambientes de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC do Governo do Estado do Ceará e do Comitê Gestor de Segurança da Informação do Governo do Estado do Ceará – CGSI e revoga o Decreto Nº 29.227, de 13 de março de 2008 anterior.

Nesse mesmo período, foram realizadas alterações na Lei estadual nº16.921 de 08/07/2019, que dispõe sobre a lei do hub e o modelo de governança de TIC no âmbito do poder executivo estadual, para submeter ao Conselho Superior de TIC – CSTIC, no início de 2021.

Quanto à adequação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) aos órgãos do governo do Estado, em outubro de 2020 foi iniciada articulação estratégica da Seplag junto ao *Gartner Group* para traçar estratégia para implantação da LGPD nos órgãos/entidades e elaborar Termo de Referência (TR) de Digitalização de Serviços.

Em 2020 foram realizadas três reuniões do Conselho Superior de TIC (CSTIC) virtuais, cujas pautas se concentraram em apresentação do Projeto ID Digital, pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) e a Aprovação da Política de Segurança da Informação e Comunicação do governo do Estado (PoSIC).

Também em 2020 foram realizadas três reuniões com os membros do Comitê de Governança de TIC – CGTIC. Nelas foram apresentadas as diretrizes da tramitação de processos administrativos do Estado (projeto papel zero) e projetos estratégicos de TIC do Governo, com ações desempenhadas no Programa Governo Digital, a exemplo, proposta do Portal Único de Serviços do Governo do Ceará; e revisada a Minuta Decreto de Política de Segurança da Informação e Comunicação do governo do Estado (PoSic), elaborada pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI).

Foram realizados também três eventos virtuais com a rede de gestores de TIC do governo do Estado, voltados para o conhecimento de novas tecnologias e impactos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Setor Público.

A seguir, apresenta-se algumas ações de Governo Digital no Estado, relacionadas ao Programa de Governo 244 - Governo Digital do Ceará.

No que se refere a oferta de serviços públicos digitais ao cidadão, em janeiro de 2020, a Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag)/Coordenadoria de Gestão Estratégica da TIC (Coget) compôs uma equipe com Casa Civil, Controladoria Geral do Estado (CGE) e Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (Sedet), para saneamento e adequação à linguagem simples de 90 serviços do ambiente de negócios para serem disponibilizados no Portal Único de Serviços do Estado.

Em fevereiro de 2020, a Seplag participou de uma oficina-piloto, promovida pelo laboratório Íris da Casa Civil, para formar a primeira turma de multiplicadores de Linguagem Simples no Governo do Estado do Ceará, chegando a produzir diretrizes de linguagem simples sintetizadas pelo laboratório para lançar “10 passos para escrever em Linguagem Simples”.

Em maio de 2020, a Seplag compôs grupo de trabalho com Casa Civil e Controladoria Geral do Estado (CGE) para elaboração do "Guia de Padronização dos Serviços Públicos", que envolve diretrizes gerais de conformidade legal, processo e redação, utilizado para as oficinas de saneamento da Carta de Serviços do Estado do Ceará.

Em novembro/2020, Seplag participou na construção da Chamada de Oportunidade de Serviços de Nuvem Pública Nº 008/2020, aderente ao Edital de Pré-qualificação Permanente de Serviços em Nuvem Nº 001/2019 da ETICE. O objetivo era a inscrição e contratação de empresas para a digitalização de serviços públicos oferecidos pelos órgãos e entidades do Estado. O processo se encontra em fase de homologação.

No sentido da Implantação de processos de negócio digitais no âmbito do governo estadual, em maio/2020, teve início o Projeto Papel Zero, com o objetivo de implantar uma solução de gestão de tramitação virtual de processos e documentos administrativos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O projeto compreende a sustentação da solução, a capacitação e atendimento aos usuários, de acordo com o estabelecido em termo de referência. A solução, intitulada “Sistema Único Integrado de Tramitação Eletrônica – Suite”, será utilizada por todos os órgãos e entidades do governo do Estado.

Foi designada equipe própria para a execução do projeto pela Coordenadoria de Gestão Estratégica de TIC - Coget (área técnica) e Coordenadoria de Modernização da Gestão - Comge (área de negócio), sob a gestão da Secretaria Executiva de Planejamento e Gestão Interna (Sexec-PGI) da Seplag.

Em se tratando de disponibilização e compartilhamento de dados governamentais, foi firmado, em julho de 2019, “Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), o instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (Ipece) e a Secretaria municipal de Governo do município de Fortaleza (Segov)” para realizar o Programa Cientista Chefe no Ceará, por meio do qual pesquisadores auxiliam gestores públicos com consultoria de alto nível para provê-los de dados e conhecimento que servem como subsídios para tomadas de decisões.

Essa iniciativa consta no programa 244, referente ao Governo Digital do Ceará do PPA de 2020-2023, e é gerenciada pela Casa Civil, por meio do Laboratório Íris.

Em novembro de 2020, foi iniciada a elaboração de Carta Consulta para operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com o intuito de impulsionar as execuções do Programa Governo Digital do Ceará e das ações de transformação digital do governo do Estado como um todo.

No **objetivo estratégico de Promover uma gestão integrada de políticas públicas sustentáveis de combate e redução da pobreza e da desigualdade social**, em 2020, a Coordenadoria consolidou o estabelecimento de diretrizes voltadas para a realização de controle, a incidir sobre os projetos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, considerados dois segmentos, a saber: a) um, o monitoramento, e; b) outro, a avaliação.

No primeiro segmento, foram fixados ditames metodológicos de monitoramento físico de projetos do citado Fundo Especial de Gestão, consubstanciados pela conjugação de quatro eixos motores:

- a) criação de unidade orgânica, traduzida pela criação de uma Célula (Célula de Monitoramento de Programas e Projetos – CEMPP);
- b) inteligência, mediante a composição de quadro de pessoal a fazer parte da referida unidade orgânica;
- c) metodologia, consolidada através de um Plano Operacional de Monitoramento Físico de Projetos do FECOP, e;
- d) sistema, com a criação de um módulo específico, a servir de ferramenta capaz de gerar os acompanhamentos.

Quanto ao segundo segmento, a Coordenadoria, em parceria com o Centro de Análise de Dados e Avaliação de Políticas Públicas – CAPP, do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, fomentou a realização da avaliação de projetos do Fundo “fecopiano”, tanto na modalidade *ex ante*, como na modalidade *ex post*.

Na modalidade *ex ante*, foram avaliados todos os projetos apresentados pelas Secretarias de Estado, ao longo do ano, representando um total de 65 unidades. Por sua vez, na modalidade *ex post*, foram avaliados um conjunto de 4 projetos, todos previamente selecionados pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS.

Ressalte-se que tanto o monitoramento, quanto a avaliação, deveu-se em pronto cumprimento ao disciplinamento contido no Decreto Estadual nº 33.320, de 24/10/2019 (DOE de 29/10/2019).

O registro de informações detalhadas encontra-se no Relatório de Desempenho Físico Financeiro do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP (Anual 2020), devidamente consolidado e apresentado, na forma e no prazo legal, aos órgãos de Controle (Interno - Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado - CGE, e; Externo - Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - ALCE, e Tribunal de Contas do Estado - TCE).

No **objetivo estratégico de contribuir para a Melhoria da Qualidade de Vida do Servidor Público, do Aposentado e do Pensionista** a Seplag assegurou a continuidade das ações da Coordenadoria da Qualidade de Vida do Servidor Aposentado – Copai.

As medidas de restrições impostas pela pandemia fizeram com que as atividades, todas presenciais, programadas no início do ano, fossem suspensas.

Com o intuito de manter as atividades do Programa PAI (Programa de Ação Integrada para o Aposentado) e PIPA (Projeto de Preparação para a Aposentadoria), no atendimento a seu público-alvo, a Copai deu continuidade aos seus objetivos institucionais integrando-se à utilização de ferramentas tecnológicas que permitissem continuar a oferecer suporte emocional, capacitação e informações diversas com foco nos 4 pilares do Envelhecimento Ativo (educação e aprendizagem; saúde; socialização e trabalho).

Nesse sentido, a Copai concebeu, a partir do mês de abril de 2020, o projeto “PAIdenticasa”, por meio do qual foram realizados 12.903 atendimentos, por meio das seguintes ações:

- 519 Atendimentos biopsicossociais (matrículas)
- 1.561 cursos online
- 661 encontros de socialização (palestras online)
- 33 atendimentos psicológicos
- 6.518 visualizações nas redes sociais (facebook)
- 718 atendimentos por telefone
- 154 atendimentos por telefone (Projeto Revendo Amigos)
- 2.739 participações em eventos comemorativos (dia do Idoso e Aniversário do PAI)

Em referência a promoção da preparação de servidores públicos para a aposentadoria, no exercício de 2020 foram realizados 106 atendimentos por meio do Projeto Integrado de Preparação para a Aposentadoria - PIPA.

A adaptação ao formato virtual tem possibilitado que as ações da Copai possam chegar a todos os servidores, inclusive aqueles sediados no interior do estado.

Além disso, foram executados serviços nas instalações da sede da Copai, visando melhorar as condições de acolhimento aos servidores públicos aposentados e pensionistas.

Com vistas ao **objetivo estratégico de Desenvolver, Implementar e Aperfeiçoar Modelos de Gestão para Melhorar a Eficiência na Captação e Aplicação dos Recursos Públicos**, a Seplag em 2019 foi concluiu o *Projeto de Redesenho do Processo de Estruturação de Projetos de Alianças Público-Privadas*.

No sentido do **objetivo estratégico de Aprimorar a Gestão Patrimonial, Logística e de Infraestrutura da Seplag**, e considerando as restrições financeiras impostas pelo cenário de recessão econômica causado pela pandemia da Covid-19, no exercício de 2020, este órgão apenas concluiu uma das ações vinculadas ao seu *Projeto de Modernização da Infraestrutura da Seplag*, finalizando o processo de instalação dos três novos elevadores no Edifício Seplag, que havia se iniciado em 2019.

No sentido do **objetivo estratégico de Modernizar a gestão logística e patrimonial do Estado**, a coordenadoria de Gestão Patrimonial e Recursos Logísticos - Copat tem a destacar as seguintes realizações:

- iniciada a concepção de um novo Sistema Patrimonial e Almoxarifado-SPA, o qual irá integrar as modalidades Imobiliária, Mobiliária, Infraestrutura e Frotas, numa única plataforma, tornando-se mais acessível para o usuário;
- finalizado o contrato com a Empresa Herson Engenharia e Avaliações LTDA, que teve como objeto a avaliação de 665 imóveis de propriedade do Estado do Ceará, alinhando-se ao projeto estratégico de atualização da avaliação do patrimônio público imobiliário do Estado do Ceará;
- publicado o Decreto nº 33.832, no dia 07 de dezembro de 2020, o qual faz alterações do Decreto 31.845, que trata da realização de Leilões de bens patrimoniais móveis inservíveis e antieconômicos, de propriedade dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, notadamente, quanto à possibilidade da realização de mais de

um Leilão Público no período de vigência do contrato do leiloeiro; acréscimo de bens no leilão em curso, proporcionando aos Órgãos e Entidades maior eficiência na liberação de suas áreas úteis, inclusive evitando proliferação de vetores nocivos à saúde pública, como por exemplo o Aedes Aegypti; revenda dos lotes arrematados no ato da prestação de contas, cujo pagamento não foi honrado pelo arrematante;

- realizados cursos de capacitação da implantação e operação do Sistema informatizado de gestão de almoxarifado de bens móveis das áreas de negócio dos órgãos e entidades do Poder Executivo, quais sejam: turma exclusiva para Polícia Militar – 20 horas – de 3 a 7 de fevereiro de 2020 e turmas exclusivas para Secretaria da Saúde (Sesa)– 40 horas – de 2 a 6 de março de 2020 e 9 a 13 de março de 2020;
- realizada licitação, cujo objeto foi o Registro de Preço para futuros e eventuais serviços de gerenciamento do abastecimento e manutenção leve de veículos/equipamento do Governo do Estado do Ceará e autorizada a Ata para adesão dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Público Estadual.

No **objetivo estratégico de Modernizar e Fortalecer a Estrutura e a Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação**, a Seplag, em 2020, desenvolveu alguns projetos/atividades:

- Desenvolvimento e Implantação de módulo de mensageria para lotações e órgãos no Sistema de Estrutura Organizacional (SEO) para integração com o Guardiã V4. A atualização das lotações é repercutida também no Guardiã.
- Desenvolvimento e Implantação de módulo para migração de usuários no sistema Viproc para que a própria área de negócio possa realizar esse gerenciamento.
- Desenvolvimento e Implantação de módulo para integração do sistema de patrimônio (SGBM) com o SEO para que a estrutura de órgãos e lotações esteja de acordo com a estrutura oficial.
- Desenvolvimento e Implantação de módulo para integração dos sistemas Siga/SGBM com o Catálogo de Materiais (S2GPR) a fim de resolver problemas de itens que são inativados no catálogo.
- Desenvolvimento e Implantação de módulo para integração dos sistemas Siga/SGBM com o sistema Fornecedores do S2GPR.
- Desenvolvimento e implantação dos módulos, abaixo, no sistema Licitaweb:
 - Módulo de mapa de preços: módulo de pesquisa de preço dos itens para o cadastro de licitações e cotações eletrônicas.
 - Módulo dos Limites Financeiros para o Planejamento Anual: ajustar limite financeiro disponível por cada órgão para realização do planejamento anual.

- Módulo para aprimoramento no carregamento de preço médio para o planejamento: utilização dos preços dos itens de atas de RP para composição da Média de valor.
- Módulo para consulta de Itens Por Status: uma nova página de consulta para Itens presentes em Atas de RP para auxílio.
- Módulo para o próprio usuário gerenciar itens da ata (Liberação/Atualização) no sistema Licitaweb.
- Análise e levantamento de requisitos do novo Sistema de Patrimônio e Almoxarifado (SPA). Elaboração do Documento de Visão e Canvas.
- Desenvolvimento dos Módulos no SIOF 2023 para elaboração dos instrumentos de planejamento:
 - PPA 2023 (Adequação 2020)
 - LDO 2021
 - LOA 2020
 - Emendas 2020
 - Livro Orçamentário 2020
 - Livro PPA 2023 (Adequação 2020)
- Desenvolvimento do Módulo no SIOF 2023 para marcação de programas, indicadores, entregas do PPA 2023 que farão parte do Acordo de Resultados.
- Acordo de Resultados (Pactuação)
- Desenvolvimento dos Módulos no SIMA 2023 para monitoramento de Programas, Indicadores, Temas e Eixos:
 - Monitoramento Programas
 - Monitoramento de Indicadores Programas
 - Monitoramento de Temas
 - Monitoramento de Eixos

12. Execução dos Programas

Na dimensão estratégica do Plano Plurianual 2020-2023, o órgão Seplag está relacionado ao *Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados* e ao *Eixo Ceará da Gestão do Conhecimento*.

12.1. Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados

A gestão democrática está pautada no planejamento estratégico, inclusivo e participativo, com vistas à pactuação de resultados exequíveis, mensuráveis e transparentes.

O êxito da implementação desse modelo pressupõe a integração de eixos estratégicos, processos, recursos, programas e produtos com os resultados, e a internalização e o compartilhamento de mecanismos de monitoramento e avaliação.

O resultado estratégico desse Eixo é “população atendida com serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente, eficaz e efetiva, atendendo às necessidades e demandas regionais, com transparência, controle social, equidade e sustentabilidade fiscal”.

No Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados, três indicadores estratégicos estão relacionados à Seplag: Índice de eficiência nos gastos do setor público estadual (IEGSP); Índice de concentração regional dos investimentos (ICI); e Taxa de investimento público pela Receita Corrente Líquida (RCL).

A seguir apresenta-se o desempenho desses indicadores na série 2016-2020. Ressalte-se que esses indicadores são acompanhados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – Ipece em parceria com a Seplag, responsável pela política.

Tabela 10 - Indicadores do Eixo Gestão Democrática para Resultados - 2016-2020

Indicador Eixo	Und. Medida	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de eficiência nos gastos do setor público estadual (IEGSP)	R\$ por trabalhador	42,50	40,60	47,00	56,90	70,90 ¹
Índice de concentração regional dos investimentos (ICI)	adimensional	0,9344	0,9363	1,0527	1,0933	1,1486
Taxa de investimento público pela Receita Corrente Líquida (RCL)	percentual	12,18	13,87	15,20	10,59	11,29

Fonte: IPECE

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

¹ Dado preliminar.

O **Índice de Eficiência nos Gastos do Setor Público Estadual (IEGSP)** representa a razão entre as despesas empenhadas do governo do Estado, provenientes do Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro (SIOF) pelo número de vínculos empregatícios no setor de Administração Pública, oriundos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) da Secretaria de Trabalho (ST) do Ministério da Economia (ME).

Com relação à disponibilidade, sobre despesas empenhadas do governo do Estado é possível obter dados para o ano de 2020. Com relação ao número de vínculos empregatícios no setor de Administração Pública estão disponíveis ao nível estadual, até o momento, dados de 2019.

Quanto maior o resultado desse Índice, significa que o governo do Ceará realiza menos gastos por servidor público ativo.

Para o cálculo do IEGSP no período 2016 a 2020, foram utilizados os dados de despesas empenhadas provenientes do Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro (SIOF) e dados sobre vínculos empregatícios no setor de administração pública provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Em 2020, os vínculos empregatícios no setor de Administração Pública foram projetados a partir de uma queda de -2,0%, aplicada na nota metodológica do índice.

Verificou-se que o governo do Ceará vem aumentando a eficiência nos gastos do setor público de 2016 a 2018, com aumento significativo em 2019.

Com a projeção para 2020, observa-se um crescimento de +14,0 pontos percentuais em relação a 2019.

O **Índice de Concentração Regional dos Investimentos (ICI)** representa a razão entre os investimentos públicos per capita da Região da Grande Fortaleza e os investimentos públicos per capita do Estado do Ceará.

O ICI consiste em um índice sintético que possibilita averiguar a concentração dos investimentos públicos em uma perspectiva regional.

Dado que a atividade econômica e a densidade populacional são concentradas na Grande Fortaleza, o investimento público consiste em um importante instrumento que pode contribuir a médio prazo para uma desconcentração econômica no Ceará.

Neste contexto, cita-se que o ICI representa a razão entre a participação dos investimentos públicos na região da Grande Fortaleza e a participação da população dessa região no Ceará. Em outras palavras, representa a razão entre os valores per capita dos investimentos da Grande Fortaleza e do Ceará.

Quando o valor do ICI é menor que 1 significa que os investimentos públicos estão relativamente menos concentrados do que a população na Grande Fortaleza e quando o ICI é maior que 1 ocorre o inverso.

O valor do Índice igual a 1 indica a mesma concentração de investimentos e de população. Assim, o índice apresenta uma perspectiva relativizada da concentração regional dos investimentos públicos por se entender que é esperado que regiões que possuam a maior parcela da população também recebam significativa parte dos investimentos.

Em 2020, o ICI realizado foi igual a 1,1486, inferior ao programado no PPA em -0,0219 pontos percentuais, mas corroborando-se que os investimentos públicos nesse ano foram maiores na Grande Fortaleza do que no Estado.

Em termos per capita, houve um investimento público na Grande Fortaleza de R\$ 304,72 por habitante, enquanto no Ceará registrou-se um valor de R\$ 265,30.

Pela Execução Orçamentária, em 2020, o Governo investiu mais na Grande Fortaleza do que nas demais regiões. Os investimentos nessa região abrangeram, em especial, as seguintes áreas: infraestrutura e mobilidade (46,48%) e saúde (20,34%), seguido por segurança pública (7,09%), meio ambiente (4,63%), gestão fiscal (3,32%), cultura e arte (3,12%), educação básica (2,55%), ciência, tecnologia e inovação (2,19%) e saneamento básico (1,95), equivalente a 92% de todo investimento empenhado.

Apesar dos constantes investimentos realizados pelo Governo no Interior do Estado, percebe-se uma retomada na concentração dos investimentos públicos na região Grande Fortaleza a partir de 2018. Isto pode se dar, provavelmente, pela captação de investimentos para alavancar o desenvolvimento econômico do Estado concentrados em três projetos estratégicos, intitulados de “trinca de hubs”: Hub Aéreo; Hub Portuário; e Hub de Dados.

Somam-se ainda os investimentos de grandes grupos empresariais, como, por exemplo, a Companhia Siderúrgica do Pecém, a dinamarquesa Vestas, que produz turbinas eólicas em Aquiraz; a norte-americana Phoenix, que processa as escórias de aciaria da CSP no Pecém.

A **Taxa de Investimento Público pela Receita Corrente Líquida (RCL)** representa a capacidade de investimento do Estado, utilizando o mesmo limite de arrecadação própria.

Esse indicador é calculado pela razão entre o valor empenhado com gastos de investimento realizado pelo Ceará e o valor total da Receita Corrente Líquida do Estado.

Os valores empenhados com Gastos de Investimento são provenientes do Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro (SIOF / SEPLAG) e o valor total da Receita Corrente Líquida (RCL) do estado é obtido a partir dos dados do Sistema da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF / SEFAZ), ambos de 2020.

No período de 2016 a 2019, foram utilizados os valores de investimentos empenhados foram provenientes do Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro (SIOF) e valores da RCL provenientes do Sistema da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Observa-se que o Ceará vem aumentando gastos com investimentos de 2016 a 2018, seguido de uma queda acentuada em 2019 (10,59%), a menor da série histórica analisada.

Em 2020, o cálculo do indicador registrou o valor de 11,29%, com um crescimento de 0,7 pontos percentuais comparativamente a 2019, retomando o crescimento nos investimentos, apesar da pandemia da Covid-19.

Quanto maior o resultado, significa que o governo está realizando mais investimentos que promoverão o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda.

É importante destacar que, desde 2015, o estado do Ceará vem mantendo a liderança sobre todas as Unidades da Federação no indicador “Capacidade de Investimento”, com valor igual a 100,0, o que garantiu ao Estado a 4ª posição no pilar “Solidez Fiscal” do Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP).

Ainda na dimensão estratégica do Eixo da Gestão Democrática para Resultados do PPA 2020-2023 estão as políticas relacionadas a *três* Temas: *Planejamento e Modernização da Gestão; Gestão e Desenvolvimento de Pessoas; e Administração Geral.*

12.1.1. Tema Planejamento e Modernização da Gestão

No Tema Planejamento e Modernização da Gestão, o órgão Seplag atuou em 2020 na implementação de políticas públicas corporativas relacionadas a:

- planejamento, orçamento e gestão;
- captação de recursos;
- alianças público-privadas;
- enfrentamento à pobreza;
- gestão de serviços terceirizados;
- gestão estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- modernização administrativa;
- patrimônio e logística corporativo; e
- compras governamentais.

Na Seplag, essas políticas foram desenvolvidas por meio de oito áreas finalísticas de execução programática:

- Coordenadoria de Planejamento Orçamento e Gestão (Cplog);
- Coordenadoria de Captação de Recursos e Alianças com o Público e Privado (Cocap);
- Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza (Cpcop);
- Coordenadoria de Gestão dos Serviços Terceirizados (Coset);
- Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado (Comge);
- Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Recursos Logísticos (Copat);
- Coordenadoria de Gestão de Compras (Cogec); e
- Coordenadoria de Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação e Comunicação (Coget).

Além da Seplag, também está inserida neste tema sua vinculada, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), e os órgãos Secretaria das Cidades (SCidades), Vice-Governadoria (Vicegov), e Secretaria da Fazenda (Sefaz).

O resultado do tema é “planejamento e gestão pública estadual inovadora, eficiente e efetiva, respeitando os compromissos pactuados para o atendimento das necessidades e demandas sociais das regiões do estado”. O indicador é o *Índice de Equilíbrio da Execução Financeira (IEEF)*.

Tabela 11 - Indicador do Tema Planejamento e Modernização da Gestão – 2016-2020

Indicador Tema	Und. Medida	Periodicidade	Valor referência (ano)	2020		%
				Meta	Real	
Índice de Equilíbrio da Execução Financeira (IEEF)	adimensional	anual	0,22 (2018)	0,30	0,23	76,66

Fonte: Seplag

O **Índice de Equilíbrio da Execução Financeira (IEEF)** objetiva mostrar o nível de assertividade do planejamento governamental, na medida em que confronta a realização das metas físicas e financeiras em relação às metas estabelecidas no processo de planejamento, por meio do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual.

O índice objetiva mostrar o nível de assertividade do planejamento governamental, na medida em que confronta a realização das metas físicas e financeiras em relação às metas estabelecidas no processo de planejamento (Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual).

Inspirado no Indicador de Avaliação do Planejamento, um dos componentes do Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEGE) – Planejamento, utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado, o IEEF passou por uma mudança em sua fórmula de cálculo a partir de 2020, uma vez que a partir do PPA vigente (2020-2023), é possível agora obter o valor da execução financeira por entrega do PPA, o que antes só era possível observar no nível das iniciativas.

Assim, o IEEF é obtido agora por meio da divisão entre o número de entregas do PPA cuja relação entre a razão da execução física (meta física realizada dividida pela meta física programada) e a razão da execução financeira (despesa empenhada dividida pela despesa autorizada) estejam no intervalo entre 0,7 e 1,3 (70% e 130% em relação às metas planejadas) e o número total de entregas dos programas finalísticos previstas no PPA, excluídas as que não tiveram execução orçamentária.

Esse intervalo entre 0,7 e 1,3 de execução em relação ao estabelecido no planejamento é considerado aceitável no tocante à capacidade de execução e assertividade na definição das metas a serem alcançadas.

Em 2020, o indicador mostrou desempenho inferior ao registrado em 2019, embora superior aos anos 2017 e 2018. Sabe-se que a chegada da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) afetou intensamente o planejamento das políticas governamentais, tendo o resultado no indicador refletido esse cenário atípico. Além disso,

cabe ressaltar que o ajuste na fórmula de cálculo do indicador restringe a comparação com os anos anteriores.

Das 423 entregas que compuseram o universo analisado, 98 apresentaram a razão entre a execução física e a execução financeira no intervalo entre 0,7 e 1,3, resultando em um índice de 0,23. Em outras palavras, 23% das 423 entregas que tiveram execução orçamentária em 2020, apresentam equilíbrio entre o que fora executado e o que fora planejado em termos de metas físicas e financeiras.

Os Programas de Governo relacionados a Seplag no Tema Planejamento e Modernização da Gestão são: 242 - Sistema de Planejamento Orientado para Resultados; 243 - Modernização da Gestão Corporativa; e 244 - Governo Digital do Ceará.

12.1.1.1. Programa 242 – Sistema de Planejamento Orientado para Resultados

O Programa 242 - Sistema de Planejamento Orientado para Resultados tem o objetivo de ampliar a eficiência e a eficácia do planejamento estadual no âmbito das políticas públicas, provendo o Estado de informações relevantes e gerenciais para a tomada de decisões, e estabelecendo alianças e cooperações com o público e o privado, de modo a contribuir com o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, a melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos disponibilizados à população cearense.

O público-alvo são órgãos e entidades públicos, instituições privadas e sociedade civil organizada.

O Programa 242 possui três indicadores: Órgãos estaduais adotando o modelo de Gestão para Resultados; Índice de execução financeira das parcerias público-privadas; e Participação cidadã no planejamento governamental constitucional. A seguir, apresenta-se a análise do desempenho desses indicadores.

Tabela 12 - Indicadores do Programa 242 – Sistema de Planejamento Orientado para Resultados – 2020

Indicador Programa	Und. Medida	Periodicidade	Valor referência (ano)	2020		%
				Meta	Real	
Órgãos estaduais adotando o modelo de gestão pública por resultados.	percentual	anual	50,8 (2018)	75	73,4	97,87
Execução financeira das parcerias público-privadas	percentual	anual	88 (2018)	88	78	88,64
Participação cidadã no planejamento governamental constitucional.	número	anual	1.470 (2019)	2.100	-	-

Fonte: SIMA – Relatório de Monitoramento do Programa - 2020.

O indicador **Órgãos estaduais adotando o modelo de Gestão Pública por Resultados** mensura a adoção e a manutenção do modelo de Gestão para Resultados (GpR) pelas secretarias e vinculadas do Poder Executivo Estadual, considerando a pactuação anual de compromissos por meio do Acordo de Resultados, instrumento gerencial de planejamento, atingindo em, 2020, a meta de 97,87 % da meta programada.

Registrou-se o envolvimento de 47 órgãos (16 Secretarias e 31 vinculadas) no processo de pactuação dos Acordos de Resultados, adotando assim o Modelo de Gestão regulamentado pelo Decreto Nº 32.216, de 8 de maio de 2017.

Os 16 Acordos de Resultados contemplaram os seguintes órgãos: 1. CGD; 2. Sejuv; 3. Seduc; 4. Secitece e vinculadas (Uva, Urca, Uece, Funcap e Nutec); 5. SDA e vinculadas (Ematerce, Idace e Ceasa); 6. Seinfra e vinculadas (Cegás, Metrofor e Detran); 7. SCidades e vinculadas (SOP e Cagece); 8. Setur; 9. Sedet e vinculadas (Adagri, Adece, Codece, ZPE, CIPP e Jucec); 10. SPS e vinculada (SEAS); 11. Sema e vinculada (Semace); 12. Sesa e vinculada (ESP); 13. SRH e vinculadas (Funceme, Sohidra e Cogerh); 14. Secult; 15. SAP; 16. SSPDS e vinculadas (Supesp, PMCE, PCCE, CBMCE, Pefoce e Aesp).

Vale ressaltar a elaboração do Relatório de Avaliação Anual dos Acordos de Resultados, aplicado desde 2019, que contribui para a superação de fragilidades no processo de implementação do modelo de Gestão para Resultados nos órgãos do Governo.

Nesse relatório, apresenta-se o Ranking das Secretarias, um instrumento comparativo que considera todos os órgãos estaduais pactuantes com a consolidação das notas dos

cinco pilares metodológicos (indicadores, entregas, financeiro, pactuação e monitoramento).

Os resultados do processo de avaliação podem ser acessados no Relatório de Avaliação dos Acordos de Resultados - 2020 que está disponibilizado no sítio da Seplag, através do link: <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-gestao-para-resultados/avaliacao-dos-acordos-de-resultados-2/>.

O indicador **Execução financeira das parcerias público-privadas** corresponde ao percentual de recursos realizados no ano em projetos de parcerias público-privadas, em relação a previsão anual de pagamentos para esse tipo de parceria.

Em 2020, o percentual de execução financeira das parcerias público privadas registrou execução de 88,64%.

Para 2020, havia sido planejada a execução com desembolso das contraprestações cheias da PPP Vapt Vupt e, ainda, o início da execução da Arena Multiuso (Nova PPP Castelão), que estava próximo de ser licitada.

O projeto da Nova PPP Castelão não foi licitado pela Secretaria, e a PPP Vapt Vupt teve redução em suas contraprestações devido a pandemia, haja vista a paralisação de suas atividades por alguns meses, percebido na aferição do indicador, ao final do exercício.

O indicador **Participação cidadã no planejamento governamental** mensura a participação da sociedade nos encontros regionais promovidos anualmente pelo Governo, por meio da Seplag, na formulação, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual.

Os encontros regionais de Avaliação Participativa do PPA 2016-2019, que deveriam ocorrer entre os meses de maio e julho, foram suspensos devido a pandemia da Covid-19, impossibilitando a participação cidadã na Avaliação do PPA 2016-2019. Diante disso, o Relatório de Avaliação do PPA precisou ser concluído e encaminhado à Assembleia Legislativa, em setembro de 2020, sem o envolvimento direto do cidadão no processo.

A seguir apresenta-se a tabela Iniciativas e Entregas Prioritárias do Programa, relacionadas ao anexo de metas da LDO 2020, e as Principais Realizações do Programa Sistema de Planejamento Orientado para Resultados, no exercício, relacionados ao órgão Seplag:

Tabela 13 - Iniciativas e Entregas Prioritárias
Programa 242 – Sistema de Planejamento Orientado para Resultados – 2020

Iniciativa	Entrega Prioritária	Und. Medida	2020		%
			Prog.	Real	
Promoção da gestão do planejamento, monitoramento e avaliação de planos e políticas públicas.	Instrumento de planejamento e gestão publicado	Número Absoluto	13	12	92,30%
Expansão da adoção do Modelo de Gestão para Resultados do Estado do Ceará.	Acordo publicado	Número Absoluto	18	16	88,88%

Fonte: Entregas Prioritárias do Anexo de Metas da LDO 2020.

- Publicação de 12 instrumentos de planejamento e gestão com destaque à Mensagem Governamental, aos Relatórios de Monitoramento do PPA 2016-2019, PPA 2020-2023, LDO 2019 e 2020, e Avaliação do PPA 2016-2019, entre outros.
- Publicação de 16 acordos de resultados, formalizados entre o Governador do Estado do Ceará e Secretários de Estado, com a interveniência da Secretaria do Planejamento e Gestão e a Secretaria da Fazenda, englobando a melhoria de indicadores econômicos e sociais, concretização de entregas e utilização racional dos recursos públicos.
- Publicação de 2 Relatórios de Desempenho Físico-Financeiro do Fundo Estadual de Combate à Pobreza no site do Fecop, relativos ao segundo semestre de 2019 e ao primeiro semestre de 2020.
- Realização de 536 assessorias a órgãos dos três Poderes do Estado na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021, na Lei Orçamentária Anual 2021, nos Relatórios de Monitoramento do PPA 2016-2019 e PPA 2020-2023, na Avaliação do PPA 2016-2019 e na Adequação do PPA 2021 - Realização de assessoria ao Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), responsável pela aprovação de 64 projetos (assistenciais e estruturantes) de combate à pobreza.
- Realização de 4 ações educativas, com a apresentação da experiência do Governo do Estado do Ceará em Gestão para Resultados em eventos para estudantes, professores e profissionais de diversos estados e países.
- Realização de 101 assessorias a órgãos e entidades do Estado nas áreas de captação de recursos e alianças entre os setores público e privado, incluindo os

contratos de gestão, especialmente na celebração dos acordos e no acompanhamento e/ou no monitoramento de sua execução.

- Realização de 124 assessorias a órgãos do Poder Executivo do Estado na elaboração dos instrumentos Mensagem Governamental à Assembleia Legislativa 2020 e Plano Operativo Anual - POA 2020.

12.1.1.2. Programa 243 – Modernização da Gestão Corporativa

O Programa 243 – Modernização da Gestão Corporativa tem por objetivo ampliar a modernização nos processos e serviços compartilhados no tocante a aquisições corporativas, contratações de serviços, gestão patrimonial e logística.

O público-alvo é composto por órgãos e entidades da administração pública estadual.

O Programa 243 possui quatro indicadores: *Taxa crescimento do número de itens registrados em atas corporativas*; *Assessoramento em reestruturações organizacionais realizados no ano (NARO)*; *Assessoramento realizado nas ferramentas de gestão no ano (NAFG)*; e *Índice de efetividade da gestão dos contratos de serviços terceirizados (IEGCT)*. A seguir, apresenta-se a análise do desempenho desses indicadores.

Tabela 14 - Indicadores do Programa 243 – Modernização da Gestão Corporativa – 2020

Indicador Programa	Und. Medida	Periodicidade	Valor referência (ano)	2020		%
				Meta	Real	
Taxa crescimento do número de itens registrados em atas corporativas	percentual	anual	7,69 (2019)	10,00	3,57	35,7
Assessoramento em reestruturações organizacionais realizados no ano (NARO)	número	anual	0 (2019)	13	31	238,46
Assessoramento realizado nas ferramentas de gestão no ano (NAFG)	número	anual	0 (2019)	10	14	140,00
Efetividade da gestão dos contratos de serviços terceirizados (IEGCT)	percentual	anual	89,31 (2018)	89,7	96,13	107,17

Fonte: SIMA – Relatório de Monitoramento do Programa - 2020.

O indicador ***Taxa crescimento do número de itens registrados em atas corporativas*** mede o percentual de crescimento de itens registrados em atas corporativas sob a responsabilidade da Seplag, com início de vigência no ano de apuração, em relação a 2019.

Em 2019, quando da programação das metas para o PPA 2020-2023, a Seplag/Coordenadoria de Gestão de Compras (Cogec) tomou por base 140 itens, número de referência utilizado para projetar as metas para cada ano do PPA. Assim, projetou-se para 2020 um incremento de 10%, ou seja, que seriam registrados 154 itens em ata.

Em que pese o esforço realizado em 2020, foram registrados 145 itens em atas sob a responsabilidade da Seplag.

Os principais motivos que afetaram o realizado do indicador em 2020 foram a pandemia da Covid-19 e seus efeitos sobre a economia, entre os quais a organização na forma de trabalho da equipe.

Além disso, o distanciamento entre os membros da equipe da Cogec e demais áreas envolvidas na fase interna da licitação, em razão da adoção da modalidade de teletrabalho, prejudicou a instrução dos processos.

Em relação ao mercado, verificou-se elevação de preços e desabastecimento de alguns itens, fazendo com que muitos licitantes desistissem de suas propostas ou apresentassem preços acima dos valores estimados.

Dessa forma, 145 itens foram registrados em atas no exercício de 2020, ante a previsão de 154, culminou no realizado de 3,57%.

É importante destacar que o indicador se encontra desfavorável, mas tende a melhorar, pois os procedimentos extraordinários para registrar preços por meio de dispensa de licitação foram concluídos, além de procedimentos ordinários que foram aprimorados; e a maior parte da equipe de registro de preços voltou a trabalhar presencialmente, dando mais agilidade à instrução dos processos de licitação.

O indicador ***Assessoramento em reestruturações organizacionais realizados no ano (NARO)*** mede o desempenho do assessoramento realizado pela área corporativa da Seplag responsável pelas avaliações e adequações das estruturas organizacionais.

O Assessoramento a reestruturação organizacionais tem por objetivo, dentre outros, o alinhamento da estrutura organizacional dos órgãos/entidades do Poder Executivo

Estadual às suas competências finalísticas previstas em Lei, observando, ainda, orientar a arquitetura organizacional para o alcance dos resultados da organização.

Em 2019, com aprovação da Lei nº16.710/2018, o Poder Executivo passou por ampla revisão de suas estruturas, gerando o indicador de 69 processos de assessoramento realizados. A partir da conclusão das reestruturações, os órgãos/entidades se concentraram na execução de suas atividades legais, realizando apenas ajustes pontuais na sua estrutura organizacional, o que levou a redução significativa de demandas para 2020, cuja meta programada era de 13 assessoramentos.

Considerando a Pandemia do Novo Coronavírus, a prioridade para os órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual foi a de buscar novas formas do desenvolvimento de suas atividades e se adequar ao teletrabalho, mantendo, a princípio, a estrutura vigente para não gerar mais um novo fator de mudança no contexto de incertezas. Além disso, as restrições estabelecidas na Lei Federal nº173/2020, também, limitaram as reestruturações.

Ainda assim, a Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado (Comge) registrou ao final de 2020 a realização de 31 processos de assessoramento à reestruturação de órgãos/entidades do Poder Executivo, respeitando as imposições legais, o que corresponde a uma execução de 238,46%.

O indicador **Assessoramento realizado nas ferramentas de gestão no ano (NAFG)** mede o desempenho do assessoramento realizado pela área corporativa da Seplag responsável pela definição e disseminação do uso de ferramentas de gestão nos órgãos e entidades do Poder Executivo (metodologias de planejamento estratégico e de gestão por processos).

A meta programada para 2020 foi de 10 assessoramentos. Por se tratar de assessoramento no uso de ferramentas de gestão, embora exista prospecção junto aos órgãos/entidades, a decisão de implantar é discricionária dos gestores.

No início do ano houve demandas acima do esperado, contribuindo para alcançar a meta. Com a paralisação das atividades presenciais, as demandas caíram substancialmente.

Foi implementado o assessoramento por meio de teletrabalho e, embora em menor número, as demandas existentes foram realizadas.

O realizado em 2020 foi de 14 assessoramentos, o que representa uma execução de 140%.

O indicador ***Efetividade da gestão dos contratos de serviços terceirizados (IEGCT)*** mede a relação da prestação de serviços de terceirização e as obrigações contratuais (orçamentária e financeira) por parte do Estado.

Os valores dos contratos de serviços terceirizados, em recursos do tesouro estadual, com referência às vagas formalizadas, alcançaram o montante de R\$ 1.137.219.214,44 (um bilhão, cento e trinta e sete milhões, duzentos e dezenove mil, duzentos e quatorze reais e quarenta e quatro centavos).

Desse valor, foram empenhados R\$ 1.093.180.719,20 (um bilhão e noventa e três milhões, cento e oitenta mil, setecentos e nove reais e vinte centavos), correspondendo a uma efetividade de 96,13%, em relação ao empenhado e formalizado, cujo valor está relacionado a 23.424 colaboradores terceirizados, superando a meta programada de 89,7%.

Durante o exercício de 2020, as incertezas e a necessidade do trabalho em *home office* dificultaram a execução das nossas atividades, que, em grande parte, exigem atuação presencial, em razão da necessidade do manuseio de processos físicos.

A seguir apresenta-se a tabela *Iniciativas e Entregas Prioritárias do Programa 243, referentes à LDO 2020, e as Principais Realizações do Programa Modernização da Gestão Corporativa*, no exercício, relacionados ao órgão Seplag:

Tabela 15 - Iniciativas e Entregas Prioritárias
Programa 243 – Modernização da Gestão Corporativa – 2020

Iniciativa	Entrega Prioritária	Und. Medida	2020		%
			Prog.	Real	
Qualificação da gestão de patrimônio mobiliário e imobiliário do Poder Executivo do Estado do Ceará.	Sistema de gestão implantado	Número Absoluto	10	3	30%

Fonte: Entrega Prioritária do Anexo de Metas da LDO 2020.

- Aperfeiçoamento, com inclusão de relatórios, do Sistema de Gestão de Bens imóveis (Região 15).
- Assessoramento de 14 órgãos e entidades em planejamento estratégicos e capacitação em Gestão da Rotina (Região 15).
- Assessoramento de 56 órgãos e entidades estaduais sobre processos de terceirização (Região 15).
- Conclusão e publicação do Painel das Aquisições por Registro de Preços (Região 15).

- Implementação de 1 funcionalidade de manutenção no Sistema de Gestão de Bens Imóveis - SGBI (Região 15).
- Publicação do Decreto 33.832/2020, DOE 07/12/2020, que atualiza o Decreto 31.845/2020, no que se refere a realização de vários leilões.
- Realização de 1 capacitação sobre sistema informatizado de bens imóveis beneficiando 2 órgãos, SESA e PM (Região 15).
- Realização de 1407 assessorias às unidades contratantes sobre regras de negócio e melhorias nos sistemas corporativos de compras (Região 15).
- Realização de 31 assessorias aos órgãos e entidades consolidadas por meio de decretos de reestruturação e/ou regulamentos (Região 15).
- Realização de 74 assessorias aos órgãos e entidades sobre sistemas corporativos dos patrimônios mobiliário e imobiliário e de gestão logística e almoxarifado (Região 15).

12.1.1.3. Programa 244 – Governo Digital do Ceará

O Programa 244 – Governo Digital do Ceará tem por objetivo realizar a transformação digital da gestão pública estadual, por meio de tecnologias inovadoras e disruptivas, para melhorar o acesso aos serviços públicos, ampliar a disponibilidade e compartilhamento de dados governamentais e fomentar a participação e controle social.

O público-alvo é composto por Cidadãos, Órgãos/Entidades do Governo, e Instituições Privadas.

O Programa 244 possui três indicadores: Órgãos realizando transformação digital; Serviços públicos disponibilizados com inserção de tecnologias inovadoras; e Serviços públicos disponibilizados com integração de soluções.

Tabela 16 - Indicadores do Programa 244 – Governo Digital do Ceará – 2020

Indicador Programa	Und. Medida	Periodicidade	Valor referência (ano)	2020		%
				Meta	Real	
Órgãos realizando transformação digital.	percentual	semestral	0 (2019)	12,50	23,45	187,60
Serviços públicos disponibilizados com inserção de tecnologias inovadoras.	percentual	semestral	0 (2019)	-	-	-
Serviços públicos disponibilizados com integração de soluções.	percentual	semestral	0 (2019)	-	-	-

Fonte: SIMA – Relatório de Monitoramento do Programa - 2020.

Em 2020, foi planejada meta apenas para o indicador: “Órgãos realizando transformação digital”, que tem como objetivo identificar a adesão dos órgãos do governo do Estado do Ceará à transformação digital, contemplando a oferta de serviços públicos digitais para a população; a implementação e integração de soluções com tecnologias inovadoras; e o compartilhamento de dados governamentais.

A Seplag / Coget realizou um levantamento, por e-mail, junto à Rede de Gestores de TIC do Governo do Estado, em novembro de 2020, e evidenciou que alguns órgãos do Governo do Estado aderiram ao desafio de implementar ações voltadas à transformação digital, como digitalização de processos internos, a implementação e integração de soluções com tecnologias inovadoras, disponibilizando para uso do cidadão; e o compartilhamento de dados governamentais, no ano de 2020.

Dos 64 órgãos/entidades do Poder Executivo do Estado do Ceará, com base nos quais foi estabelecida meta de 8 (12,5%) no sentido da adesão à transformação digital, registrou-se ao final de 2020 adesão de 15 órgãos/entidades (23,45%). São eles:

1. Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag);
2. Casa Civil/laboratório Iris;
3. Agência do Desenvolvimento do Ceará (Adece);
4. Companhia de Gás do Ceará (Cegás);
5. Secretaria de Obras Públicas (SOP);
6. Departamento Estadual de Trânsito (Detran-CE);
7. Escola de Saúde Pública (ESP);

8. Perícia Forense (Pefoce);
9. Secretaria de Proteção Social (SPS);
10. Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh);
11. Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (Hemoce);
12. Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace);
13. Central de Abastecimento do Ceará (Ceasa-CE);
14. Secretaria da Administração Penitenciária do Ceará (SAP); e
15. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

Dessa forma, considera-se o desempenho do indicador favorável em relação à meta programada para o ano de 2020, de 12,50%.

12.1.2. Tema Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

No Tema Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, o órgão Seplag atuou em 2020 na implementação de políticas públicas corporativas, de alcance nos órgãos e entidades da administração, relacionadas a:

- planejamento de pessoas;
- desenvolvimento de pessoas;
- gestão de pessoas;
- qualidade de vida do aposentado; e
- perícia médica.

Essas políticas foram desenvolvidas por meio de quatro áreas finalísticas de execução programática:

- Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas (Codes);
- Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Cogep);
- Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado (Copai); e
- Coordenadoria de Perícia Médica (Copem).

Além do órgão Seplag, também estão inseridos neste tema a entidade vinculada, Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (ISSEC), e o órgão vinculado, Escola de Gestão Pública (EGP).

O resultado do tema é “população atendida com excelência, justiça e imparcialidade, por agentes públicos qualificados, valorizados, dimensionados e alocados de forma efetiva e equitativa”. O indicador temático é o *Índice de Rotatividade*.

O referido indicador, proposto pela Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas (Codes), não foi calculado em 2020.

As principais causas que explicam o não acompanhamento do desempenho do indicador Índice de Rotatividade, do tema Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, estiveram relacionadas a insuficiência técnicos na Coordenadoria para desenvolver um projeto no sentido de estabelecer um processo gerencial para mensuração do referido indicador.

No tema Gestão e Desenvolvimento de Pessoas há dois Programas de Governo relacionados à Seplag: 221 – Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual; e 222 – Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas.

12.1.2.1. Programa 221 – Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual

O Programa 221 – Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual objetiva ampliar a eficiência e a eficácia na oferta de serviços previdenciários, socioassistenciais, periciais e de valorização dos servidores públicos estaduais ativos e inativos.

O público-alvo é composto por servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e seus dependentes.

O Programa 221 possui quatro indicadores: Atendimentos realizados por meio do Programa de Ação Integrada (PAI) e do Projeto Integrado de Preparação para a Aposentadoria (PIPA); Variação dos atendimentos realizados por meio do ISSEC; Índice anual de análise de processos virtuais pelo órgão gestor do RPPS/SUPSEC e o Retorno dos processos virtuais de aposentadoria para diligência após análise jurídica.

O primeiro indicador é acompanhado pela Seplag; o segundo indicador é acompanhado pelo Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC. O terceiro e quarto indicadores são acompanhados pela Fundação de Previdência Social dos Servidores do Estado do Ceará (Cearaprev).

A seguir, apresenta-se a análise do desempenho do indicador do Programa 211, acompanhado pelo órgão Seplag.

Tabela 17- Indicador do Programa 221-Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual- 2020

Indicador Programa	Und. Medida	Periodicidade	Valor referência (ano)	2020		%
				Meta	Real	
Atendimentos realizados por meio do Programa de Ação Integrada (PAI) e do Projeto Integrado de Preparação para a Aposentadoria (PIPA)	número	mensal	28.898 (2018)	29.000	13.009	44,85%

Fonte: SIMA – Relatório de Monitoramento do Programa - 2020.

O indicador Atendimentos realizados por meio do Programa de Ação Integrada (PAI) e do Projeto Integrado de Preparação para a Aposentadoria (PIPA) tem o objetivo de medir o número de atendimentos realizados por meio do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) e pelo Projeto Integrado de Preparação para a Aposentadoria (PIPA).

Nos anos anteriores o atendimento era realizado de forma presencial. Com a pandemia da Covid-19, isso não foi possível. Os atendimentos passaram a ser virtuais. Por esse motivo houve queda nos atendimentos em 2020, com o realizado de 44,85% da meta programada.

Em 2020, não havia na LDO 2020 Entregas Prioritárias da Seplag no Programa 221.

As Principais Realizações do Programa Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual, com base no Relatório de Acompanhamento das Entregas – período de janeiro a dezembro de 2020 do SIMA, relacionadas ao órgão Seplag, foram:

- Realização de 12.903 atendimentos aos servidores públicos estaduais aposentados, com encontros de socialização, cursos ofertados remotamente, palestras online, relacionamentos via redes sociais e por telefone e eventos virtuais.
- Realização de 106 atendimentos a servidores aptos a se aposentar com palestra sobre o Projeto Integrado de Preparação para Aposentadoria.
- Realização de 80 atendimentos a servidores públicos estaduais entre avaliações médicas, sociais e psicológicas, nos municípios de Juazeiro do Norte, Quixadá e Sobral.
- Realização de 30.134 atendimentos a servidores públicos estaduais em Fortaleza, entre concessão de licença para tratamento de saúde, licença para acompanhamento de familiar doente, aposentadorias, dentre outros benefícios.

12.1.2.2. Programa 222 – Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas

O Programa 222 – Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas tem o objetivo de promover o dimensionamento, alocação, reconhecimento e desenvolvimento das pessoas nos órgãos públicos estaduais para uma melhor oferta do serviço público.

O público-alvo é composto por órgãos, entidades e servidores públicos civis e militares do Estado do Ceará.

O Programa 222 possui dois indicadores: *Certificação em vagas ocupadas na modalidade à distância e Ocupação de vagas ofertadas na modalidade presencial.*

Esses dois indicadores são acompanhados pela Escola de Gestão Pública (EGP-CE).

Em 2020, não havia na LDO 2020 Entregas Prioritárias do órgão Seplag no Programa 222. A Entrega Prioritária, Curso Ofertado, do Programa, tem a Escola de Gestão Pública (EGP) como responsável por sua realização. Representa a oferta de cursos e outras ações de capacitação aos servidores e colaboradores públicos, com carga horária mínima de 20h/a.

As Principais Realizações do Programa Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas, com base no Relatório de Acompanhamento das Entregas – período de janeiro a dezembro de 2020 do SIMA, relacionadas ao órgão Seplag, foram:

- Assessoramento a demandas provenientes de 57 órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional relacionadas à gestão da folha de pagamento (Região 15).
- Autorização de 14 folhas de pagamento para servidores públicos civis, militares e beneficiários de 57 órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual (Região 15).
- Realização de 14 eventos de bem-estar destinados ao público de servidores, empregados públicos estaduais e colaboradores dos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual, superando em 27,27% a meta programada (Região 15)
- Realização de 2 seleções públicas para preenchimento de vagas de cargos comissionados na área da saúde, superando em 100% a meta programada. Foram 4 vagas para o cargo de Coordenador na Sede da SESA e 7 vagas para o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro de hospitais da rede da saúde do Estado. (Região 15)
- Realização de 4 estudos/pesquisas na área de gestão e desenvolvimento estratégico de pessoas, superando em 100% a meta programada (Região 22)

- Realização de 86 Assessorias a 21 órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional relacionadas a planejamento e desenvolvimento de pessoas (Região 15).

12.1.3. Tema Administração Geral

O tema versa sobre a forma como a totalidade dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, direta e indireta, dos três poderes, promovem a sua gestão administrativa.

O resultado do tema é “administração pública estadual gerenciada com eficiência e eficácia”, medido na Seplag por meio do indicador *Participação do gasto administrativo geral no orçamento estadual*.

Tabela 18 - Indicador do Tema Administração Geral – 2020

Indicador Tema	Und. Medida	Periodicidade	Valor referência (ano)	2020		%
				Meta	Real	
Participação do gasto administrativo geral no orçamento estadual.	percentual	mensal	63,18 (2018)	62,50	44,18	70,68

Fonte: Seplag/Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão – Cplog.

O indicador ***Participação do gasto administrativo geral no orçamento estadual*** mede se o Estado está reduzindo os gastos administrativos gerais, registrados nos programas administrativos (voltados para o funcionamento da máquina administrativa) e especiais (que não geram bens ou serviços), para priorizar os recursos nos programas finalísticos.

A redução do percentual de 2018, de 63,17% para 44,18%, em 2020, foi influenciada pelo esforço de identificar melhor o custo dos serviços finalísticos prestados à sociedade.

Desse modo, registra-se uma migração das despesas com pessoal dos programas administrativos para os programas finalísticos.

12.1.3.1. Programa 211 – Gestão Administrativa do Ceará

O Programa de Governo 211 - Gestão Administrativa do Ceará está relacionado ao órgão Seplag no tema Administração Geral.

O Programa 211 – Gestão Administrativa do Ceará tem o objetivo de promover com eficiência a gestão administrativa dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, direta e indireta, de todos os Poderes.

O público-alvo é composto por instituições da Administração Pública Estadual, direta e indireta, dos três poderes, onde a Seplag é um dos 70 (setenta) órgãos/entidades/fundos que executam entregas em iniciativas do programa.

O Programa 211 possui um indicador: *Participação das despesas das áreas administrativas no orçamento estadual*. A seguir, apresenta-se a análise do desempenho.

Tabela 19 - Indicador do Programa 211 – Gestão Administrativa do Ceará – 2020

Indicador Tema	Und. Medida	Periodicidade	Valor referência (ano)	2020		%
				Meta	Real	
Participação das despesas das áreas administrativas no orçamento estadual	percentual	mensal	31,34 (2018)	31,00	10,24	166,97%

Fonte: SIMA – Relatório de Monitoramento do Programa - 2020.

O indicador ***Participação das despesas das áreas administrativas no orçamento estadual*** tem o objetivo de medir se o Estado está reduzindo as despesas com as áreas administrativas, áreas-meio, para priorizar os recursos nas atividades finalísticas.

É calculado pela razão entre o valor empenhado das despesas dos programas administrativos de um dado exercício e o valor total empenhado nesse mesmo exercício.

O ano de 2018 foi a referência arbitrada pela Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pelo dado, para programar as metas para o período do PPA 2020-2023. A meta programada para 2020 foi 31,00% com o realizado de 10,24%.

Ao longo dos últimos anos, o Ceará tem empreendido esforços para otimizar os gastos administrativos, voltados às atividades-meio, e otimizar os gastos considerados finalísticos.

Prova disso é o comportamento histórico desse indicador ao longo dos últimos oito anos, quando saiu de uma participação de 37,03% em 2012, para 10,24%, em 2020.

Aliado a isso, houve todo um esforço da gestão no controle das despesas administrativas e na modernização da máquina pública, visando expandir a capacidade de investimento e de custeio das atividades voltadas à oferta de bens e serviços para a sociedade.

Particularmente em relação ao comportamento do indicador no ano de 2020, além das medidas já apontadas, um dos fatores repercutiu na participação das despesas administrativas foi a necessidade de isolamento social em razão da pandemia da Covid 19 e a consequente implantação do Projeto de Teletrabalho emergencial, ocasionando uma redução significativa nas despesas administrativas.

No caso do órgão Seplag, a atuação em 2020 foi voltada para a implementação de políticas no âmbito da gestão interna do órgão relacionadas a:

- desenvolvimento de pessoas;
- administrativo (patrimônio, logística e compras);
- gestão orçamentária e financeira;
- tecnologia da informação e comunicação;
- planejamento e desenvolvimento institucional.

Essas políticas foram desenvolvidas por meio de três áreas meio de execução instrumental:

- Coordenadoria Administrativo-Financeira (Coafi);
- Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cotec); e
- Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (Codip).

O Programa 211 não possui Entregas Prioritárias na LDO 2020. A seguir, registra-se a seguir as *Principais Realizações do Programa Gestão Administrativa do Ceará, relacionadas ao órgão Seplag*, com base no Relatório de Acompanhamento das Entregas – período de janeiro a dezembro de 2020 do SIMA:

- Qualificação de 83 pessoas, entre servidores públicos, ocupantes de cargos comissionados e colaboradores terceirizados. Desses, 80 pessoas por meio de capacitações realizadas na EGPC e 3 servidores da Coordenadoria de

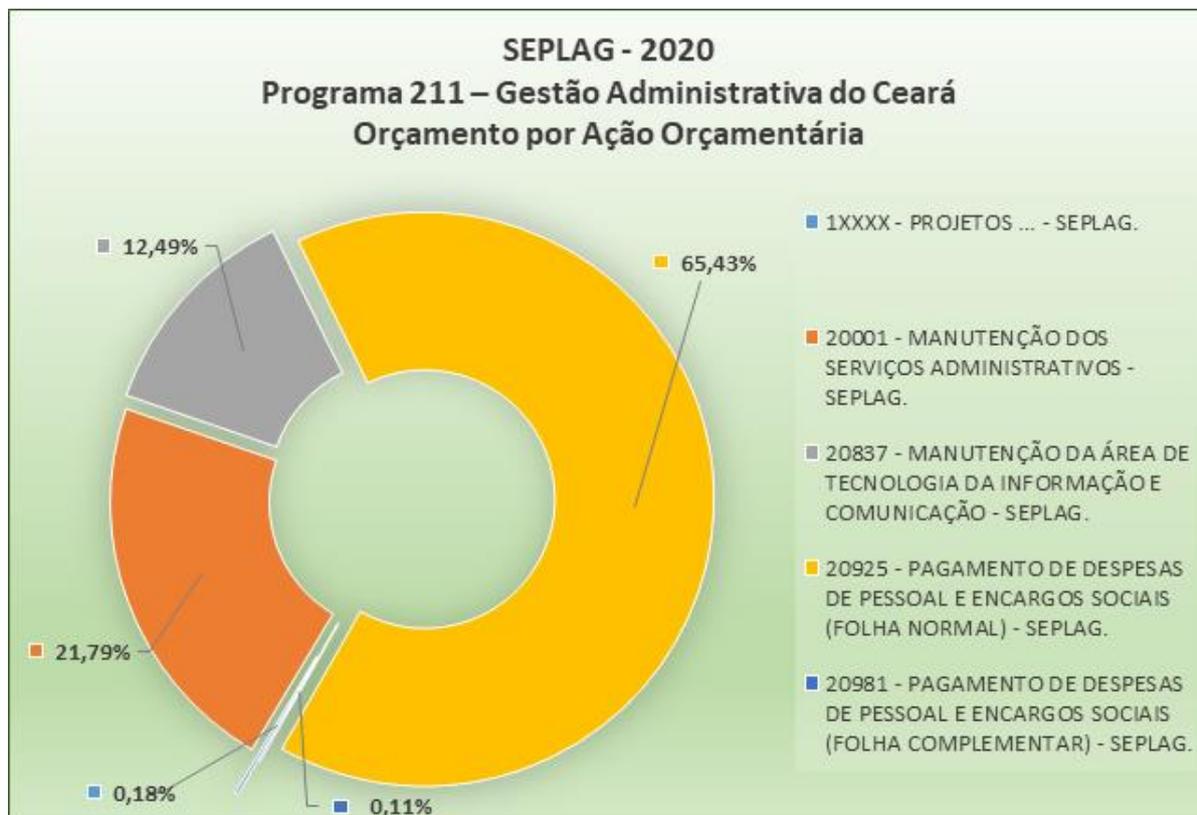
Planejamento, Orçamento e Gestão - Cplog, no Curso de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e do Demonstrativo de Resultado Primário e Nominal – online;

- Implementação de 3 (três) ações de desenvolvimento institucional: Implantação do Projeto de Teletrabalho Emergencial no órgão Seplag, em março; implantação do Projeto Cuidar da Gente, em julho; e o Projeto de Alteração da Estrutura Organizacional, em dezembro.

Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag) como órgão executor do Programa 211 - Gestão Administrativa do Ceará, em 2020

No que se refere a Seplag, enquanto órgão de natureza instrumental, responsável por promover atividades meio do Estado, os recursos orçamentários do Programa 211 em 2020 foram reservados, em sua maioria, cerca de 99,8%, para gastos com as Atividades voltadas ao funcionamento do órgão, como as despesas com pessoal e encargos sociais (Ações 20925 e 20981), seguido do que foi destinado às despesas para a manutenção dos serviços administrativos (Ação 20001) e dos serviços de TIC (Ação 20837), sendo o restante, algo em torno de 0,2%, designado à consecução dos Projetos que remetem à investimentos (Ações 10011, 10053, 10054, 10189, 10654 e 11171), como demonstrado a seguir:

Gráfico 10 – Programa 211- Gestão Administrativa do Ceará - por Ação Orçamentária - órgão Seplag



Fonte: Seplag/Coafi.

Nesse sentido, os recursos para a consecução das Ações Orçamentárias do Programa 211 do órgão Seplag, no exercício de 2020, foram destinados quase que totalmente para as despesas necessárias à manutenção das atividades contínuas e permanentes que garantem o seu funcionamento.

Em razão disso, busca-se otimizar e maximizar a execução dos recursos disponibilizados no Programa, o que restou evidenciado ao realizar 97,6% do orçamento autorizado em Lei+Crédito, empregando, em sua totalidade, recursos ordinários da fonte tesouro.

Tabela 20 – Programa 211 - Gestão Administrativa do Ceará - Executor Seplag, por Ação Orçamentária

Ações Orçamentárias	Lei+Crédito (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	(b)/(a)	(c)/(b)
10011 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - Seplag.	2.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10053 - Capacitação de Servidores para o Desenvolvimento das Atividades Administrativas - Seplag.	100.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10054 - Realização de Atividades de Desenvolvimento Institucional - Seplag.	10.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10189 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - Seplag.	10.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10654 - Implementação de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação - Seplag.	10.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
11171 - Realização de Obras de Reforma ou Ampliação da Estrutura Física Administrativa - Seplag.	27.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
20001 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Seplag.	19.039.185,00	17.841.345,48	16.743.323,61	93,71%	93,85%
20837 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - Seplag.	10.912.937,00	10.595.059,46	10.030.549,93	97,09%	94,67%
20925 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - Seplag.	57.177.723,00	56.882.060,67	55.999.993,50	99,48%	98,45%
20981 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - Seplag.	100.000,00	10.980,88	10.980,88	10,98%	100,0%
Total	87.388.845,00	85.329.446,49	82.784.847,92	97,64%	97,02%

Fonte: Seplag/Coafi.

No tocante à natureza de suas despesas, observa-se que, em 2020, do total dos recursos orçamentários do Programa 211, cerca 65,54% foram destinados aos gastos com pessoal, enquanto 34,21% foram alocados para gastos com manutenção, sendo consignado apenas 0,25% para os gastos com investimentos.

Gráfico 11 – Programa 211 - Gestão Administrativa do Ceará - Executor Seplag, por Grupo de Natureza da Despesa



Fonte: Seplag/Coafi.

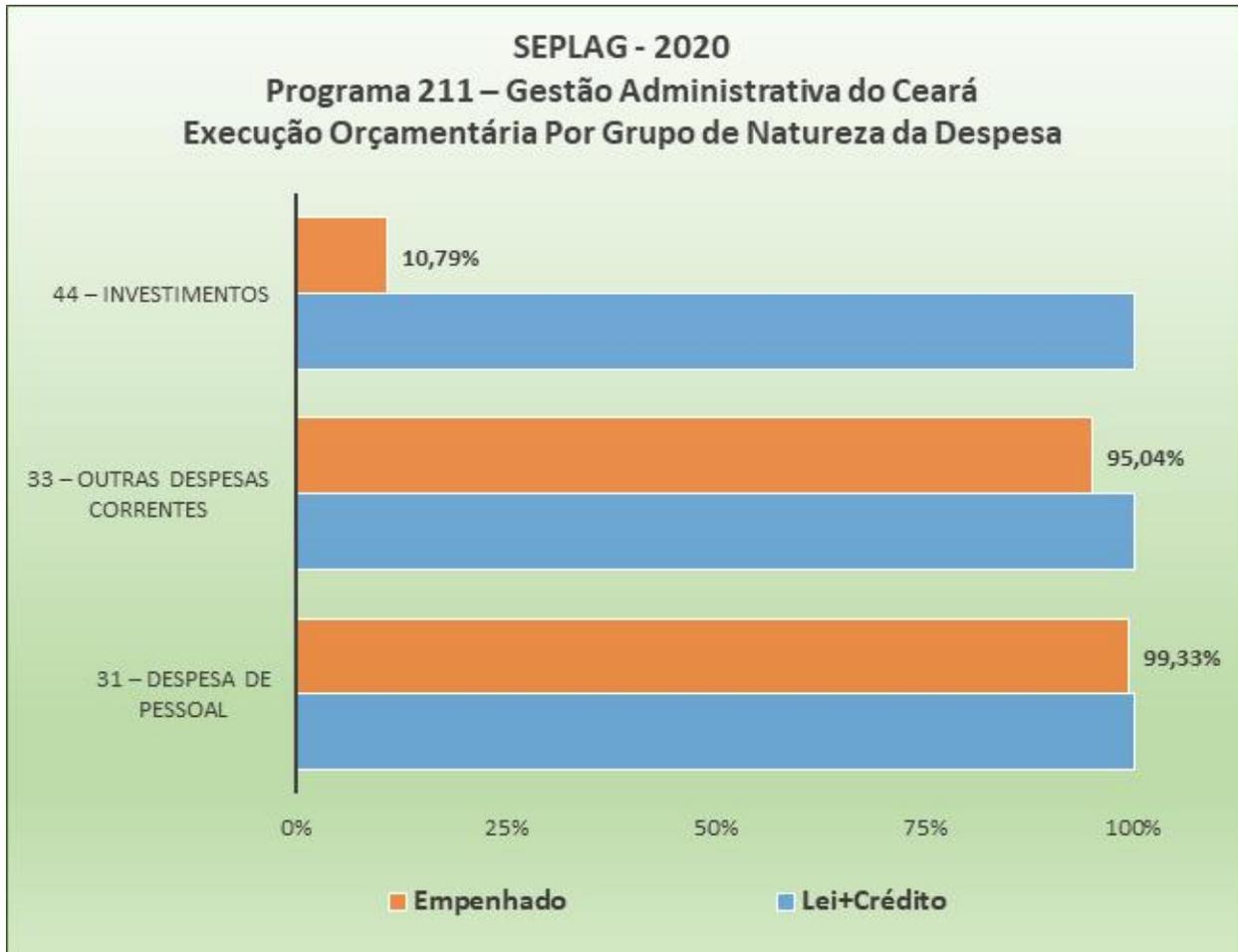
Tabela 21 – Programa 211 - Gestão Administrativa do Ceará - Executor Seplag, por Grupo de Natureza da Despesa

Grupo de Natureza da Despesa	Lei+Crédito (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	(b)/(a)	(c)/(b)
31 – Despesa de Pessoal	57.277.723,00	56.893.041,55	56.010.974,38	99,33%	98,45%
33 – Outras Despesas Correntes	29.896.442,00	28.413.232,64	26.754.389,04	95,04%	94,16%
44 – Investimentos	214.680,00	23.172,30	19.484,50	10,79%	84,09%
Total	87.388.845,00	85.329.446,49	82.784.847,92	97,64%	97,02%

Fonte: Seplag/Coafi.

Sob a ótica do orçamento por Grupo de Natureza da Despesa, no exercício de 2020, exceto os recursos destinados às despesas com investimento, o Programa 211 executou praticamente tudo que lhes foi autorizado em Lei+Crédito, conforme visto na tabela acima e demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Programa 211 por Grupo de Natureza da Despesa



Fonte: Seplag/Coafi.

A designação de área meio voltada à gestão e manutenção administrativa do órgão também fica evidenciada na alocação do orçamento de 2020 da Seplag, nas Iniciativas do PPA 2020-2023 vinculadas ao Programa 211 – Gestão Administrativa do Ceará, com a respectiva distribuição de recursos orçamentários, conforme demonstrado a seguir:

Gráfico 13 – Orçamento do Programa 211 - Gestão Administrativa do Ceará - Executor Seplag, por Iniciativas



Fonte: Seplag/Coafi.

Tabela 22 – Programa 211 - Gestão Administrativa do Ceará - Executor Seplag, por Iniciativas

Iniciativas PPA 2020-2023	Lei+Crédito (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	(b)/(a)	(c)/(b)
211.1.01 – Qualificação Física e Tecnológica da Prestação dos Serviços Públicos Administrativos	49.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
211.1.02 – Qualificação do Quadro Profissional Voltado aos Serviços Públicos Administrativos	100.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
211.1.03 – Promoção do Desenvolvimento Institucional dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual	10.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
211.1.04 – Promoção dos Serviços Públicos Administrativos	87.229.845,00	85.329.446,49	82.784.847,92	97,82%	97,02%
Total	87.388.845,00	85.329.446,49	82.784.847,92	97,64%	97,02%

Fonte: Seplag/Coafi.

Em 2020, as ações orçamentárias que compõem o Programa 211, relacionadas na Tabela 20, estão vinculadas a uma das iniciativas dispostas na Tabela 22, acima. Por sua vez, cada ação orçamentária está atrelada a uma entrega do órgão Executor Seplag no PPA 2020-2023.

Iniciativa: 211.1.01 – Qualificação Física e Tecnológica da Prestação dos Serviços Públicos Administrativos

No PPA 2020-2023, essa iniciativa tem por entrega o produto: 1500 – Unidade Pública Administrativa Estruturada, quando o órgão passa por uma estruturação, quer seja física, reforma ou ampliação, quer seja tecnológica, como a melhoria do parque computacional, contemplando ainda a aquisição de material permanente, como mobiliário, veículos ou outros equipamentos que ampliam o patrimônio material da instituição.

No exercício, os recursos autorizados para as Ações Orçamentárias: 10011, 10189, 10654 e 11171, foram contingenciados mediante a suspensão temporária dos Projetos ali atrelados, devido às restrições financeiras resultantes da recessão econômica causada pela pandemia da Covid-19, sendo priorizadas apenas aquelas despesas com investimentos classificados como estratégicos pelo Governo Estadual, que não é o caso dos gastos aqui associados.

Assim, em 2020, não foi possível a Seplag realizar o produto previsto na Entrega 1500, de 1 (uma) unidade pública administrativa estruturada, conforme fora pactuado por este órgão no PPA 2020-2023, visto também que não houve execução nas referidas Ações Orçamentárias.

As atividades dos Projetos vinculados a essa iniciativa foram reprogramadas pelas áreas responsáveis, de modo que possam vir a ser realizadas em momento oportuno e conforme orientação da Gestão Superior da Seplag.

Iniciativa: 211.1.02 – Qualificação do Quadro Profissional Voltado aos Serviços Públicos Administrativos

A iniciativa tem por entrega o produto: 1498 – Servidor Público Qualificado, de modo que o mesmo passe por um processo de qualificação, inicial e continuada, para o pleno desenvolvimento de suas atividades nas áreas administrativas da instituição.

Em 2020, os recursos autorizados para tal finalidade foram alocados na Ação Orçamentária: 10053. Pelos mesmos motivos pontuados na iniciativa anterior, da crise econômica e da escassez de recursos financeiros, os projetos vinculados a essa iniciativa também tiveram suas execuções orçamentárias suspensas.

Entretanto, como apresentado anteriormente no presente relatório, a Célula de Desenvolvimento de Pessoas – Cedep, em parceria com a EGPC, identificou outras oportunidades de capacitações gratuitas realizadas na modalidade a distância, através de plataformas online de diversas instituições públicas e privadas.

Dessa forma, e independente do orçamento que não poderia ser executado, a Seplag identificou que 638 oportunidades de capacitações foram concluídas, incluindo nesse universo a participação de servidores públicos e colaboradores terceirizados.

Desse total de oportunidades, a Cedep identificou que, de janeiro a dezembro de 2020, 80 (oitenta) servidores da Seplag foram capacitados pela EGPC. Esse trabalho consistiu na análise do Relatório dos Servidores Capacitados (agrupados por evento) de cada mês, emitido pelo Sistema Capacit, gerenciado pela EGPC, com todas as oportunidades de capacitação ofertadas por aquela Escola e aproveitadas pelos servidores/colaboradores da Seplag.

Foram extraídos os dados do relatório para uma planilha eletrônica e acrescentados os respectivos CPFs dos servidores/colaboradores. Desse relatório, foram destacadas apenas as capacitações do tipo "curso", excluindo palestras, seminários e outras capacitações com carga horária menor do que 20 horas/aula.

Também foram considerados neste relatório somente os servidores efetivos da secretaria, os ocupantes de cargos comissionados exclusivos e servidores / empregados públicos de outros órgãos/entidades cedidos à Seplag, excluindo-se os agentes públicos com vínculo terceirizado.

Assim, a Seplag superou a meta pactuada no PPA 2020-2023 para o exercício de 2020, que foi de 20 (vinte) servidores públicos qualificados, com 83 (oitenta e três) servidores qualificados no período de janeiro a dezembro de 2020.

Quanto às atividades dessa iniciativa que demandem necessariamente a execução de recursos orçamentários, temos que tais projetos serão reprogramados pela Cedep, de modo que possam vir a ser realizados em momento oportuno e conforme orientação da Gestão Superior da Seplag.

Iniciativa: 211.1.03 – Promoção do Desenvolvimento Institucional dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual

A entrega Ação de Desenvolvimento Institucional implementada se refere execução de atividades como desenho ou redesenho de processos, avaliação de desempenho, instalação de comitê executivo da instituição, dentre outras.

Está relacionada à iniciativa 211.1.03 - Promoção do desenvolvimento institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

A Seplag é um dos 38 órgãos/entidades/fundos que executam essa iniciativa.

A programação da Seplag para 2020 foi implementar 1 (uma) ação de Desenvolvimento Institucional.

No período de janeiro a setembro de 2020 o órgão Seplag implementou 3 (três) ações de Desenvolvimento Institucional, superando em 200% a meta programada para o ano.

As ações implementadas foram a implantação do Projeto de Teletrabalho Emergencial no órgão Seplag, em março; e desde julho, o Projeto Cuidar da Gente; e o Projeto de Adequação da Estrutura Organizacional, iniciado em julho e que resultou em dezembro na publicação do Decreto nº33.880, de 30 de dezembro de 2020, que alterou a estrutura organizacional, dispôs sobre a distribuição e denominação dos cargos de provimento em comissão da Seplag.

O primeiro pela necessidade de possibilitar continuidade e a oferta de serviços públicos em meio ao enfrentamento da infecção humana pelo Novo Coronavírus (Covid-19).

O segundo, em razão da necessidade de preparar as instalações da Seplag para o retorno gradual, enfrentando os desafios impostos pelo novo Coronavírus, buscando qualidade de vida no ambiente laboral.

E o terceiro, motivado pela necessidade de promover ajustes na estrutura tendo em vista melhor organizar as atribuições nas áreas de planejamento, orçamento e gestão do órgão.

Iniciativa: 211.1.04 – Promoção dos Serviços Públicos Administrativos

De acordo com o PPA 2020-2023, essa iniciativa tem por entrega o produto: 1502 – Unidade Pública Administrativa Mantida. Essa especificação coaduna com a natureza do órgão executor Seplag e a finalidade do Programa 211.

Tal condição refletiu no fato da Entrega 1502 deter praticamente todo o recurso orçamentário que foi destinado ao Programa 211 em 2020, visto que o produto dessa Entrega é primordial para garantir o pleno funcionamento das atividades administrativas da Seplag.

Nessa Iniciativa, ficam abrigadas as Ações Orçamentárias: 20001, 20837, 20925 e 20981, que contemplam as despesas com pessoal e custeio de manutenção vinculadas ao órgão, tanto para as que são apropriadas diretamente na sua Sede - Ed. SEPLAG, como também as que possam estar fisicamente fora dela, como é o caso das Coordenadorias da COPEM, da COPAI, e demais equipamentos sob sua responsabilidade.

Conforme disposto na Tabela 20, o órgão executor Seplag teve uma execução de quase 98% do total dos recursos orçamentários alocados na Iniciativa 211.1.04, garantindo assim a manutenção das 3 (três) unidades públicas administrativas em 2020, referentes às instalações da Seplag no Edifício Seplag, ao Centro de Convivência e ao Centro de Documentação, ambos localizados no Centro Administrativo do Estado - Governador Virgílio Távora, conforme pactuado para a Entrega 1502 - Unidade Pública Administrativa Mantida do Programa 211 - Gestão Administrativa do Ceará, do PPA 2020-2023.

Por fim, as informações sobre as 47 entregas do PPA 2020-2023, de responsabilidade da Seplag acompanhadas em 2020 pelas suas áreas executoras, relacionadas às 33 iniciativas de responsabilidade do órgão, contidas nos 7 Programas de Governo apresentados neste relatório estão disponíveis no Relatório de Prestação de Contas para o TCE, módulo Orçamento, do Processo de Prestação de Contas Anual do órgão Seplag - Exercício de 2020, na ferramenta Ágora, do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE).

12.2. Eixo Ceará da Gestão do Conhecimento

O conhecimento incorporado por uma sociedade é determinante para seu desenvolvimento econômico, e inclui a distribuição de riqueza inclusiva às camadas historicamente excluídas.

Neste sentido, o governo tem o papel de assegurar as condições para a produção da riqueza e sua distribuição equitativa na sociedade.

O primeiro passo para a construção de uma sociedade do conhecimento está na Educação Básica de qualidade. Isto se traduz, nessa dimensão, em um desafio a ser enfrentado de forma conjunta, pelo Estado e pela Sociedade.

A atuação da Seplag está relacionada a esse Eixo, em razão de desafios relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), relacionados ao Tema Ciência, Tecnologia e Inovação, igualmente decisivos como os desafios dos temas Ensino Superior, Educação Profissional e Cultura.

12.2.1. Tema Ciência, Tecnologia e Inovação

Nesse tema, estão envolvidos além da Seplag, os órgãos Secitece, Sesa, SCidades, Sedet, Seinfra, Seplag e respectivos órgãos ou fundos vinculados.

A produção do conhecimento científico acompanha o desenvolvimento social ao longo da história e direciona as necessidades humanas a encontrar a solução para vários de seus problemas e necessidades.

O conhecimento científico e sua utilização por meio da tecnologia tem seu efeito na produção de riqueza e no desenvolvimento econômico e social. E sua consequência na produção de riquezas é ainda mais impulsionada pela inovação.

Transformar conhecimento em riqueza e em desenvolvimento econômico-social contribui para denotar a efetiva apropriação dos benefícios do conhecimento nos mais diversos setores da sociedade.

Neste sentido, o Estado tem papel decisivo, uma vez que atua como patrocinador, mediante a execução de políticas públicas consistentes voltadas para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O resultado esperado neste tema estratégico é a geração de riqueza e desenvolvimento econômico, social e ambiental apoiado no sistema estadual de inovação, na produção e difusão científica e tecnológica.

Os dois indicadores que medem o alcance do referido resultado são *Proteção intelectual licenciada/ transferida*; e *Taxa de acessibilidade do serviço de telecomunicações*. São acompanhados, respectivamente, pela Secitece e Ipece.

Nesse tema está inserido o *Programa 413 – Tecnologia da Informação e Comunicação Estratégica do Ceará*, que é acompanhado pelo órgão Seplag, tendo a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ceará – Etice como órgão executor.

12.2.1.1. Programa 413 - Tecnologia da Informação e Comunicação Estratégica do Ceará

O Programa 413 – Tecnologia da Informação e Comunicação Estratégica do Ceará tem o objetivo de ampliar o acesso de qualidade à informação e aos serviços digitais, utilizando novas tecnologias e fomentando o desenvolvimento socioeconômico por meio da TIC nas diversas regiões do Estado.

O público do programa são os órgãos e entidades governamentais e as instituições privadas.

Os indicadores do Programa Tecnologia da Informação e Gestão Estratégica do Ceará “*Ampliação no número de pontos do CDC atendidos com fibra ótica*” e “*Disponibilidade do Cinturão Digital do Ceará (CDC)*” são acompanhados pela Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ceará – Etice.

Entre as Entregas do Programa 413, o “Cinturão Digital modernizado”, que consiste no Cinturão Digital do Ceará - CDC funcionando em ambiente adequado, climatizado e seguro, utilizando equipamentos e softwares modernos, mais robustos e com melhores condições de atender as necessidades dos clientes, é acompanhado pela Seplag.

A referida Entrega está relacionada a Iniciativa “Qualificação física e tecnológica para a oferta de serviços de transporte de dados e acesso à internet”.

No tocante ao aspecto físico está relacionada a melhoria dos locais onde os pontos de conexão do Cinturão Digital do Ceará (CDC) estão abrigados. Em relação ao aspecto tecnológico se refere a atualização ou modernização dos componentes existentes na sua infraestrutura, visando alta disponibilidade, velocidade e aumento da capacidade de tráfego.

Para atender a modernização do CDC no ano de 2020, foram considerados 3 projetos:

Projeto Atualização do Núcleo do CDC, ampliação da capacidade de atendimento do núcleo (core e borda) da rede.

A justificativa ocorre em razão de não comportar a necessidade crescente por serviço e aumento de banda. Para a solução de prestação de serviço de Switches de Borda e Roteadores de Core foi realizado o Registro de Preço (Pregão Eletrônico Etice - 20190009 que objetivou o Registro de preço para futuras e eventuais contratações de solução de comunicação de dados incluindo a prestação de Serviço de Switches de Borda e Roteadores de Core).

A solução visa aumentar a capacidade de Banda Larga da Internet no Nó Central da Etice contemplando redundância e aquisição de novos equipamentos de borda. A empresa vencedora apresentou a sua proposta para prestação dos serviços integrados para modernização do núcleo do CDC, no entanto essa proposta foi considerada inviável porque elevaria consideravelmente os custos do CDC.

Posterior a isso, foi realizada a negociação entre a Etice e a empresa vencedora do Pregão e acordada a redução dos valores propostos para que fosse possível a contratação. No entanto, após a Resolução da Seplag que discorre sobre os contratos oriundos de Registro de Preços, dispendo que eles devem conter apenas 1 ano de vigência, a empresa vencedora não consentiu com esta alteração visto que o valor proposto pelo seu serviço estava previsto para um contrato de 3 anos, com a diluição de certos custos neste decorrer.

O Jurídico da Etice está em tratativa com a Seplag e a PGE com o objetivo de encontrarmos uma solução para esta problemática. No quarto trimestre, foi resolvido o problema da contratação em questão e assinado os contratos de número 13/2020 e 14/2020, em 17/12/2020, anexos a execução. Concluída a contratação, a instalação e migração para o novo serviço está prevista para o primeiro semestre de 2021. (Execução: 30% física).

Projeto Upgrade do CDC no Interior, com o objetivo de renovar a infraestrutura tecnológica, reduzir a obsolescência de equipamentos e ampliar a capacidade de atendimento

O projeto de Pesquisa e Assessoria Técnica para validação das melhorias do CDC está em andamento devendo gerar um TR que definirá a melhor forma de aquisição do serviço. Elaborado o relatório de consolidação da coleta de dados do Projeto de Pesquisa e Assessoria Técnica para validação das melhorias do CDC.

Não houve novas atualizações relacionadas ao Projeto no terceiro trimestre visto que esta ação está suspensa temporariamente em virtude da necessária redução de custos motivada pela pandemia. Agora, no quarto trimestre, considerando a ausência de recursos do Governo em decorrência da situação atual, está sendo articulada a captação de recursos externos para mobilização de recursos a fim de financiar o projeto de upgrade do CDC no Interior. (Execução: 5% física).

Projeto Upgrade do CDC na Capital, com a ampliação da banda para atendimento das demandas.

Os recursos para o upgrade parcial do CDC Capital foram adquiridos em dezembro de 2019 e já estão disponíveis. Devido ao período de Pandemia (somado a Quarentena) houve impacto na execução física dos projetos, pois a prioridade foi dada a manutenção das estruturas existentes. Devido a esta situação extraordinária e a equipe de engenharia de um dos nossos clientes estar atuando nas prioridades de manutenção, a necessidade de construção de um duto em um dos clientes foi adiada.

Até setembro de 2020 não foram realizadas as ações necessárias para construção do duto, em virtude do atual período. Ao final de novembro de 2020 foi concluída a infraestrutura necessária para a ampliação da banda. Em dezembro foram instalados e trocados os equipamentos necessários. A configuração lógica e testes serão realizados no primeiro trimestre de 2021. A ampliação da banda necessária será concluída após a ampliação da capacidade de atendimento do núcleo - core e borda. (Execução: 40% física).

A fonte da informação sobre os projetos é proveniente da Etice, e sua obtenção a partir do relatório Espelho do Acompanhamento das Entregas, do SIMA.

Responsável	Assinatura
Carlos Mauro Benevides Filho Secretário do Planejamento e Gestão	
Flávio Ataliba Daltro Flexa Barreto Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento	
Ronaldo Lima Moreira Borges Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna	
Heloysa Helena de Meneses Freire Rocha Assessoria Jurídica - Asjur	
Luciano de Sousa Pontes Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria - Ascoi	
Dhafine Mazza Nunes Assessoria de Comunicação - Ascom	
Regis Meireles Benevides Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão - Cplog	
Raimundo Avilton Meneses Junior Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão - Cplog	
Luciana Capistrano da Fonsêca Moura Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão - Cplog	
Ticiania da Mota Gentil Parente Coordenadoria de Captação de Recursos e Alianças com o Público e o Privado - Cocap	
Silvana Martins Rodrigues Dourado Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas - Codes	
Evelise Helena Façanha Braga Coordenadoria de Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação e Comunicação - Coget	
Fábio da Silva Miranda	

Responsável	Assinatura
Coordenadoria de Gestão de Pessoas - Cogep	
Raimundo Nonato Rodrigues Silva Coordenadoria de Gestão dos Serviços Terceirizados - Coset	
Guirlanda de Fátima Távora Ponte Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado - Copai	
Francisco de Assis Barreto Dias de Carvalho Coordenadoria de Perícia Médica - Copem	
Vanessa Machado Arraes Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado - Comge	
Valdir Augusto da Silva Coordenadoria de Gestão de Compras - Cogec	
André Theóphilo Lima Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Recursos Logísticos - Copat	
José de Lima Freitas Júnior Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza - Cpcop	
João Alcides Guerra Coordenadoria da Tecnologia da Informação e Comunicação - Cotec	
Otávio Nunes de Vasconcelos Coordenadoria Administrativo-Financeira - Coafi	
Silviane Torres da Costa Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento - Codip	

Responsável	Assinatura
Carlos Mauro Benevides Filho Secretário do Planejamento e Gestão	
Flávio Ataliba Daltro Flexa Barreto Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento	
Ronaldo Lima Moreira Borges Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna	
Heloyza Helena de Meneses Freire Rocha Assessoria Jurídica - Asjur	
Luciano de Sousa Pontes Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria - Ascoi	
Dhafine Mazza Nunes Assessoria de Comunicação - Ascom	
Regis Meireles Benevides Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão - Cplog	
Raimundo Avilton Meneses Junior Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão - Cplog	
Luciana Capistrano da Fonsêca Moura Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão - Cplog	
Ticiane da Mota Gentil Parente Coordenadoria de Captação de Recursos e Alianças com o Público e o Privado - Cocap	
Silvana Martins Rodrigues Dourado Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas - Codes	
Evelise Helena Façanha Braga Coordenadoria de Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação e Comunicação - Coget	
Fábio da Silva Miranda	

Responsável	Assinatura
Coordenadoria de Gestão de Pessoas - Cogep	
Raimundo Nonato Rodrigues Silva Coordenadoria de Gestão dos Serviços Terceirizados - Coset	
Guirlanda de Fátima Távora Ponte Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado - Copai	
Francisco de Assis Barreto Dias de Carvalho Coordenadoria de Perícia Médica - Copem	
Vanessa Machado Arraes Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado - Comge	
Valdir Augusto da Silva Coordenadoria de Gestão de Compras - Cogec	
André Theóphilo Lima Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Recursos Logísticos - Copat	
José de Lima Freitas Júnior Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza - Cpcop	
João Alcides Guerra Coordenadoria da Tecnologia da Informação e Comunicação - Cotec	
Otávio Nunes de Vasconcelos Coordenadoria Administrativo-Financeira - Coafi	
Silviane Torres da Costa Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento - Codip	